

NOTÍCIAS AFRICANAS 32

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 11 A 17 DE OUTUBRO DE 1993

ÁFRICA DO SUL

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades

Já assim dizia Camões, nos lembrando que "todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades". É foi sobre mudança que falou Nelson Mandela, em 24 de setembro, nas Nações Unidas. "Acreditamos ter chegado o momento em que a comunidade internacional deve suspender todas as sanções económicas contra a África do Sul".

Esse apelo foi feito um dia depois de o Parlamento sul-africano ter aprovado a criação do Conselho Executivo de Transição (CET), de maioria negra, que fiscalizará o governo até as eleições gerais de 27 de abril de 1994.

Nelson Mandela chegou mesmo a inverter o apelo que fizera durante anos, solicitando agora aos americanos que invistam na África do Sul. A seu lado, o prefeito negro de Nova Iorque, David Dinkins, anunciou que sua cidade suspenderá de imediato essas sanções. Isso poderá resultar em investimentos na África do Sul de cerca de US\$ 40 bilhões. No mesmo dia, os Estados Unidos levantaram as sanções ainda vigentes, sendo seguido pela Comunidade Europeia. O mesmo foi feito pelos órgãos per-

tinentes das Nações Unidas. Mandela pediu, porém, a manutenção do embargo de venda de armamentos até a eleição de um governo democrático no seu país.

As sanções económicas contra o regime do apartheid foram decretadas pelo Congresso dos Estados Unidos em 1986, apesar do veto do presidente Reagan. O embargo de armamento data de 1977 e foi imposto pelo Conselho de Segurança da ONU.

Na véspera do pronunciamento de Mandela na ONU, o presidente sul-africano, Frederick De Klerk, encontrou-se com o secretário geral da organização, o egípcio Boutros-Ghali. Desde a visita do primeiro-ministro Ian Smuts, em 1946, que nenhum chefe do governo da África do Sul visitava a ONU, de onde esse país foi expulso por decisão da Assembleia Geral, em 1974.

Fato novo - Além dessas mudanças anunciadas na ONU, há outras também merecedoras de análise. Uma delas é a tão comentada negociação entre o ANC e a AVF - Frente do Povo Africânder (nome usado pelos sul-africanos de origem predominantemente holandesa e germânica - também conhecido com bóeres - e que

têm como língua materna o africâner - afrikaans).

A AVF, dirigida pelo general da reserva Constand Viljoen, ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas sul-africanas, pretende obter o apoio do ANC à sua reivindicação de um Estado bôer autónomo, em troca da participação da Frente nas eleições gerais de 1994. Independentemente das dificuldades que o projeto da AVF acarreta, foi criado um fato político novo. As conversações entre o ANC e a Frente, que vêm se desenrolando desde agosto passado, podem modificar bastante o xadrez político sul-africano.

O Partido Conservador, que abandonara a mesa das negociações constitucionais, terá que rever sua posição. Caso contrário, poderá ficar isolado face ao eleitorado branco de ultra-direita que disputa com a AVF. Por sua vez, o partido conservador aliu, o Inkatha, também será obrigado a repensar sua situação, pois até agora participava junto com a AVF da chamada "Frente de Recusa" às negociações.

José Maria Nunes Pereira

ANGOLA

Enquanto a guerra continua, a economia se degrada

Em poucos meses, a economia angolana enveredou numa degradação sem precedentes, enquanto a situação de guerra não apresenta ainda soluções à vista. Calcula-se que a inflação em 1993 ultrapassará os 1000%. As consequências deste número são muito mais devastadoras que no Brasil, onde a economia é indexada.

Um dos efeitos dessa degradação é a alta impiedosa do dólar no mercado paralelo (o dólar há muitos anos se tornou a moeda de referência para todo o comércio, sobretudo em Luanda). Até o início de julho, a moeda americana estava cotada no paralelo a 22 mil kwanzas (quatro mil no oficial); um mês depois, ultrapassou a faixa dos 40 mil para atingir, após 15 dias, a cotação recorde de 50 mil kwanzas.

Outro efeito, relacionado a este, é a subida vertiginosa dos preços dos produtos atrelados ao dólar, os importados ou contrabandeados, tornando-os inacessíveis até a algumas camadas privilegiadas. Mesmo os que são comercializados no Roque Santeiro - um dos mais famosos mercados paralelos

de Luanda -, onde não faltam mercadorias roubadas dos contêineres no porto ou em outros desvios das rotas de importação.

"É a guerra", declara o primeiro-ministro Marcolino Moco. "É ela que leva quase todas as nossas divisas", 95% das quais provêm de cerca de 550 mil barris de petróleo. Enquanto isso, a dívida externa, com pesado serviço a curto prazo, aproxima-se dos US\$ 10 bilhões, quase igual ao PIB do país e cerca de três vezes a receita anual das exportações.

Tudo isso, porém, não impede que circulem por Luanda algumas centenas de carros importados de vários quadrantes do mundo. São pilotados por eméritos membros das elites do aparelho de Estado, do Exército, da cangaço ou do antigo partido único, o MPLA, vitoriosos nas eleições gerais de setembro de 1992. E acontece sobretudo em Luanda, a já "quatrocentona" cidade de São Paulo da Assunção de Luanda, chamada outrora "a Bela" e que no auge do aumento do preço internacional do café, nos anos 50, crescia a um ritmo quase

igual ao de sua homônima brasileira. Hoje, a antiga São Paulo angolana está inchada, com centenas de milhares de refugiados de guerra, abrindo um total de três milhões de habitantes.

Conversações - Quanto ao desenrolar da guerra, o governo de José Eduardo dos Santos se negou a enviar embaixados a uma reunião preliminar às negociações que se realizariam em São Tomé e Príncipe. O presidente dessa ex-colônia portuguesa, Miguel Trovoada, veio a Luanda para conversações com o presidente angolano visando implementar uma futura reunião em Libreville (Gabão) entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi.

O governo angolano estaria disposto a retomar as negociações, "desde que a comunidade internacional desse o sinal de partida". Enquanto isso não acontece, ele vem reduzindo o terreno controlado pela Unita, que era de 80% e caiu para 65% do território. O movimento rebelde, por sua vez, vem prometendo novas propostas para negociações. (JMNP)

Savimbi decreta cessar-fogo (Pág. 2)
Monopólio branco chegou ao fim (Pág. 3)
Diálogo entre a extrema-direita e o ANC (Pág. 4)

Apelo de Mandela já recebeu apoios (Pág. 4)
O jogo final (Pág. 5)
O momento decisivo (Pág. 6)
Lisboa custou caro a Cabo Verde (Pág. 7)

Gastos sumptuários deverão ser punidos (Pág. 8)
O Vietname português (Pág. 9-10)
O terceiro homem (Pág. 11)

Moçambique: 'multipartidária' suspensa (Pág. 11)
'Boom' das rádios em Moçambique (Pág. 13)
Comemorações sombrias (Pág. 14)

Governo angolano não acredita no líder da UNITA

Savimbi decreta cessar-fogo

PÚBLICO, 21.9.93

Jonas Savimbi confirmou ontem aos microfones da Vorgan o fim unilateral das hostilidades desde as zero horas do mesmo dia, exigindo a libertação dos seus militantes presos e o reinício das negociações de paz, mas Luanda desconfia e diz que os combates continuam.

O dirigente da oposição armada angolana Jonas Savimbi declarou ontem aos microfones da Vorgan, a emissora rebelde, que um cessar-fogo unilateral entrara em vigor desde as zero horas em todo o território ocupado pelas forças da sua organização.

Numa mensagem retransmitida a partir da Jamba, Savimbi disse que as forças da UNITA "vão manter firmemente as posições conquistadas" e que "não tomará qualquer acção ofensiva até que as partes beligerantes voltem à mesa das negociações".

Mas o líder rebelde exigiu a libertação imediata e incondicional dos presos do movimento ainda presos, bem como a devolução dos cadáveres de Elias Salupeto Pena e Jeremias Chitunda, respectivamente o antigo chefe da delegação da UNITA na Comissão Político-Militar e vice-presidente, mortos na sequência dos incidentes de

Luanda em Outubro e Novembro do ano passado.

Savimbi exigiu ainda que a ajuda humanitária chegue "a todos os necessitados", que o processo eleitoral termine no fim do próximo ano e que a Comunicação Social seja livre em Angola. Sobre os estrangeiros em território controlado pela UNITA, todos os que quiserem regressar aos seus países podem fazê-lo livremente.

O presidente da oposição armada angolana defendeu, enfim, "uma verdadeira política de democracia em Angola, acabando com a má condução do país por um partido único", e apelou ao MPLA para que participe nesta plataforma aberta de negociação".

A declaração de cessar-fogo ontem formulada por Jonas Savimbi aos microfones da emissora do Galo Negro veio na sequência, segundo o próprio, da "proclamação feita a semana passada pelo general Arlindo Chenda Pena Ben-Ben, chefe do Estado-Maior da UNITA.

Mas a decisão da UNITA em suspender unilateralmente as hostilidades, se culmina cerca de uma semana de expectativa desde que Ben-Ben anunciou, em Abidjan, Costa do Marfim, o lançamento de um plano de paz incluindo um cessar-fogo, ocorreu também sob a ameaça — confirmada — de uma condenação do Conselho de Segurança da organização rebelde, que quarta-feira intimou Savimbi a decretar um cessar-fogo até ao dia 25 de Novembro ou a enfrentar um embargo de armas e petróleo caso não baixe as armas e negocie.

A UNITA corre ainda o risco de, caso não cumpra efectivamente com as exigências da ONU, enfrentar outro tipo de sanções, nomeadamente a perseguição das suas representações no exterior.

Conhecidas que são as dúvidas do Governo de Luanda sobre a real vontade da UNITA em cessar as hostilidades, com o primeiro-ministro Marcolino Moco, segundo o qual a anunciada proposta não fazia "sentido", ontem foi a vez de alguns diplomatas na capital de Angola, citados pela AFP, em perguntarem porque é que Savimbi não decretou um cessar-fogo antes da reunião do Conselho de Segurança.

Dúvidas no terreno

Apesar da declaração de Jonas Savimbi, sobram as dúvidas no terreno. Uma fonte oficial em Luanda citada pela agência Lusa disse que apesar do anúncio do fim dos combates a UNITA "não cessou as hostilidades em Angola desde a madrugada" e que "intensificou os flagelamentos contra a cidade do Cuito e ataca várias localidades do Sul e do Norte do país". Mas um porta-voz da representação rebelde em Portugal, contactado pelo PÚBLICO, negou a informação afirmando que "a UNITA é um exército disciplinado e está a cumprir absolutamente as ordens de cessar-fogo do seu líder".

O comandante da zona militar de Benguela, general Armando da Cruz, disse à Lusa que a UNITA introduziu durante a noite de domingo para segunda "mais efectivos na batalha do Cuito [ex-Silva Porto]", reforço chegado de Andulo, província do Bié, e do Huambo, a segunda cidade do país que os rebeldes controlam desde o dia 6 de Março e presentemente alvo de uma contra-ofensiva governamental.

A UNITA terá atacado ainda com artilharia a região do Alto Catumbé

la, província de Benguela, desde Agosto em poder das tropas do Governo e a 120 quilómetros do Huambo, ataque que terá sido repellido, em Quicabo, no Uije, Quilengues e Hoqui, na Huíla, e ainda várias localidades da província do Bengo, a sul de Luanda.

As forças governamentais afirmam ter tomado 15 por cento das posições anteriormente ocupadas pelos rebeldes. A organização controla, desde o reinício do conflito, no fim do ano passado, mais de 70 por cento do território nacional, segundo números do Programa Alimentar Mundial, ontem reconfirmados por Mercedes Saygues, a delegada da agência da ONU, entrevistada pelo "Jornal de Angola".

"A UNITA não vai cumprir o prometido e o que pretende é apenas acudir a pressão internacional por forma a evitar a aplicação de sanções rígidas [pela ONU], o que conseguiu", disse à Lusa o brigadeiro José Manuel João "Jota".

O Presidente de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, coordenador do grupo dos cinco países lusófonos, adiou entretanto para o dia 27 a visita de trabalho que deveria efectuar hoje a Luanda, a convite do seu homólogo angolano, Eduardo dos Santos.

A agenda da estada de Trovoada em Angola, onde permanecerá durante 48 horas, poderá incluir encontros com responsáveis da UNITA, já que o objectivo da sua viagem, classificada "de trabalho", será o relançamento das negociações de paz entre o Governo e a oposição armada.

Paz angolana discutida em São Tomé

DELEGAÇÕES dos Estados-Maiors das Forças Armadas Angolanas, da UNITA e da UNAVEM deverão chegar hoje a São Tomé e Príncipe, disseram ao PÚBLICO fontes diplomáticas em São Tomé. Caso venha a concretizar-se, a reunião, na qual participará, segundo as mesmas fontes, Alioune Beye, o representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, terá lugar num complexo turístico em Santana, a 15 quilómetros da capital.

Luanda terá sido a última a confirmar a sua presença. O Governo do Presidente José Eduardo dos Santos não estaria interessado

PÚBLICO, 23.9.93

em facilitar qualquer compromisso antes do prazo dado pela ONU, que termina sábado. Este seria o motivo porque o Presidente Miguel Trovoada não se deslocou a Luanda no dia 21, como previsto, e onde deverá deslocar-se só no dia 27, 48 horas após terminar o prazo.

A UNITA terá proposto ao Governo uma reunião sem agenda prévia, passando sobre o acordo de Bicesse, protocolo de Abidjan e resoluções da ONU, disse, em Luanda, uma fonte da delegação governamental angolana ao encontro, citada pela Lusa.

Segundo a proposta que a UNITA fez chegar esta semana ao

Governo angolano, a organização de Savimbi querará discutir apenas a "formação do exército único sem respeitar o que foi acordado em Bicesse e pretende também a criação de uma nova polícia nacional, introduzindo-lhe um corpo especial de âmbito regional".

Governo e UNITA voltaram entretanto a dar versões contraditórias sobre a situação no teatro de guerra, com Luanda a constatar a intensificação das acções militares e a oposição armada a anunciar cenhas de confraternização entre soldados dos dois lados após o cessar-fogo unilateral declarado segunda-feira por Savimbi.

Enquanto o chefe do Estado-Maior das FAA denunciava, em Luanda, a "hipocrisia" da UNITA e sublinhava a necessidade de "repressões militares" contra a organização rebelde, o seu homólogo da UNITA, general Arlindo Pena "Ben-Ben" anunciava à TSF que a suspensão das hostilidades estava a ser respeitada, inclusive pelas forças governamentais. Até no Kuito, onde mais de 18 mil pessoas terão morrido desde Janeiro, soldados das FAA e rebeldes estariam a "confraternizar".

Entretanto, chegaram ontem a Luanda, num voo organizado pelo Governo angolano, onze cidadãos portugueses, entre os quais seis crianças, vindos de Menongue, capital do Cuando Cubango, e

Aprovação do Conselho de Transição adiada para hoje

Confusão no parlamento sul-africano

PÚBLICO, 23.9.93

O DIRIGENTE parlamentar do Partido Nacional adiou para hoje a discussão e votação do projecto do Conselho Executivo de Transição, de que farão parte, pela primeira vez na história do país, membros da maioria negra, depois de os deputados do Partido Conservador terem lançado terça-feira o caos no parlamento da Cidade do Cabo.

O deputado conservador Jan Hoon foi um dos que esteve na origem do boicote parlamentar ao classificar Roelf Meyer, o chefe dos negociadores da equipa governamental, de "desprezível traidor". Da aprovação do projecto dependem as tremidas eleições agendadas para 27 de Abril de 1994, de cuja realização se começa a duvidar.

O agravamento da tensão política juntou-se ontem ao

cerco, pela polícia, da cidade negra de Phola Park, leste de Joanesburgo, numa tentativa das forças de segurança para deter os supostos responsáveis pela morte de 18 pessoas assassinadas terça-feira quando um grupo que se fazia transportar num pequeno autocarro disparou sobre transeuntes em Klip River, arredores da grande metrópole, refugiando-se depois na cidade agora cercada.

A população de Phola Park reagiu contra a presença da polícia, que acusa de instigar os incidentes, atribuídos a agitadores do Partido da Liberdade Inkatha, a formação zulu rival do Congresso Nacional Africano.

As autoridades sul-africanas prometeram mesmo uma recompensa de 250 mil randes (75 mil dólares) em troca de informações susceptíveis

de levar à prisão dos autores de um dos três ataques distintos que mataram, em apenas 14 horas, pelos menos 39 pessoas, a mais grave carnificina dos últimos meses no país, e causaram ferimentos, muitos de gravidade, em mais de 25.

As mortes elevam para 61 as vítimas da violência étnica na África do Sul desde sábado e concorrem para comprometer os esforços de abertura democrática do Presidente Frederik de Klerk. Mais de 1200 pessoas morreram desde que os negociadores marcaram para Abril do próximo ano as primeiras eleições multirraciais no país, que nunca estiveram tanto em perigo.

Apesar dos níveis de violência, os conservadores sul-africanos pouco ligaram aos avisos do ministro da Justiça, Kobie Coetsee, que ainda te-

ve tempo, terça-feira, antes da sessão parlamentar de cambiar para os insultos e as ameaças, de avisar que a violação assumiu proporções tais que, se não for controlada, pode transformar a África do Sul "em uma outra Bósnia ou Líbano".

Coube a Robin Carlisle, do Partido Democrático, contar que entre Junho de 1991 e 31 de Julho de 1993 foram detidos 82 agitadores do ANC, 41 do Congresso Pan-Africano e 1024 do Inkatha, todos por envolvimento em acções violentas, e que é urgente o fim da violência. "Oijam o meu apelo. Oijam-me pelo meu país e pelo nosso povo. Se o projecto não conseguir ser representativo e não conseguir funcionar, a escuridão cairá e não haverá sobreviventes", disse Carlisle. ■

Monopólio branco chegou ao fim

PÚBLICO, 24.9.93

Trezentos anos de domínio branco absoluto terminaram ontem — no papel — com a aprovação, pelo Parlamento da Cidade do Cabo, de um órgão de transição em que os negros terão lugar. Mas falta ainda implantar a estrutura e fazer aprovar uma comissão eleitoral a tempo das eleições do próximo ano.

O Parlamento sul-africano pôs ontem formalmente termo a 300 anos de monopólio do poder pela minoria branca ao aprovar, por larga maioria, o projecto de criação de um Conselho Executivo de Transição (TEC), órgão em que a maioria negra terá, pela primeira vez na história do país, uma participação efectiva.

A aprovação do documento — proposta ao Parlamento pelo Partido Nacional, a formação do Presidente Frederik de Klerk, e boicotada na terça-feira à noite pelos deputados do Partido Conservador — antecedeu em 24 ho-

ras a intervenção do presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, na Assembleia Geral da ONU, onde hoje deverá propor o fim das sanções económicas adoptadas pela comunidade internacional contra Pretória.

O texto, aprovado pelas três câmaras do Parlamento — branca, mestiça e indiana — no momento em que a situação política na África do Sul não podia ser mais grave, reconhece à maioria negra, polarizada pelo ANC, o direito de acompanhar a condução dos assuntos do Estado pelo Governo de minoria branca até à realização das primeiras eleições gerais no país, em Abril de 1994.

Votaram contra o TEC, como se esperava, os seus inimigos fidais aglutinados à volta do Partido Conservador, de que é deputado Jan Hoon, a personagem que protagonizou, na terça-feira à noite, a confusão que levou ao adiamento da sessão em que a crucial viragem política deveria ter sido decidida. Dirigindo-se a Roelf Meyer, o chefe dos negociadores da equipa governamental, Hoon chamou-lhe "desprezível traidor", lançando o caos no hemiciclo da Cidade do Cabo. Os três deputados brancos do Partido da Liberdade Inkatha abstiveram-se. A aprovação do Conselho Executivo de Transição ocorre quatro dias depois de Frederik de

Klerk ter completado quatro anos à frente do Governo sul-africano, executivo que ele caracterizou como sendo de mudança, e um dia antes de chegar a Nova Iorque para falar também na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Num breve encontro ontem na Cidade da Praia, aquando de uma breve escala técnica a caminho dos Estados Unidos, com o seu homólogo cabo-verdiano António Mascarenhas Monteiro, De Klerk mostrou-se confiante no bom rumo das negociações para uma transição pacífica na África do Sul e reafirmou a sua esperança no fim próximo das sanções económicas impostas ao seu país.

A situação no terreno, onde 126 pessoas morreram nos últimos sete dias, 34 delas desde sexta-feira, está, no entanto, longe do optimismo manifestado pelo chefe de Estado sul-africano. Mais de 1200 pessoas foram mortas no país desde que Frederik de Klerk lançou o diálogo nacional, em Julho de 1992, com vista nomeadamente à aprovação do TEC, e mesmo longe de constituir um diploma de realização fácil.

Nem os acordos que ainda faltam nem a realização de eleições vão ser tarefas fáceis. Quer a extrema-direita quer a organização zulu Inkatha, rival do ANC, prometeram resistir, se for caso disso pelas armas, a um executivo participado por representantes

do ANC. Além disso, a África do Sul é um país sem quaisquer tradições democráticas, em que 20 milhões de pessoas nunca votaram.

Da implantação do TEC até ao primeiro dia de Novembro depende agora a viabilização das eleições propriamente ditas, uma vez que a comissão eleitoral, cuja formação depende igualmente de aprovação parlamentar, precisa de tempo para preparar o sufrágio.

Uma das tarefas dos comissários será levantar um exército de delegados eleitorais, cerca de 135 mil, para as 7500 urnas de voto a espalhar por todo o país. Precisarão ainda de pelo menos cinco semanas para imprimir 26 milhões de boletins de voto para cerca de 22 milhões de eleitores potenciais. E ainda necessitará de um mínimo de três meses para registar os partidos que queiram concorrer.

Roelf Meyer, o líder dos negociadores governamentais e uma das personalidades mais odiadas pela extrema-direita sul-africana, está no entanto confiante em que tudo correrá pelo melhor. "Técnicamente, a data de 27 de Abril de 1994 pode manter-se, apesar dos atrasos já registados", disse à France Presse. E que o próprio Presidente de Klerk tinha afirmado que, para o prazo ser cumprido, era necessário que o TEC fosse aprovado em Junho. ■

Diálogo entre a extrema-direita e o ANC

PÚBLICO, 25.9.93

DIRIGENTES do movimento da extrema-direita branca sul-africana Frente do Povo Afrikaner (AVF) e do Congresso Nacional Africano (ANC) mantiveram importantes conversações, anunciaram ontem ambos os lados.

Segundo uma declaração conjunta, as conversações sobre o futuro político do país foram encorajadoras e vão prosseguir. "O desejo da AVF de ter áreas denunciadas como estados (Volkstaat) para o povo afrikaner, onde os afrikaners possam sobreviver como nação, está também na agenda das futuras negociações", dizia o co-

municado, onde os dois lados admitiram contudo que continuam a existir "sérias divergências de opinião".

O jornal norte-americano "Christian Science Monitor", noticiava ontem a existência de um acordo prevendo a participação da AVF, um movimento que agrupa cerca de 20 organizações da extrema-direita, nas primeiras eleições multirraciais no país, previstas para Abril de 1994. Em troca desta participação, o ANC teria aceite, segundo o jornal, a criação de um estado afrikaner semi-autónomo. O acordo teria sido conseguido na sequência de um encontro,

há cerca de seis semanas, entre o presidente do ANC, Nelson Mandela, e o líder do AVF, o antigo responsável do Exército sul-africano, Constand Viljoen.

O comunicado conjunto de ontem não faz qualquer referência a um acordo e, segundo a France Presse, os porta-vozes de ambos os lados recusaram-se a comentar a notícia do "Christian Science Monitor".

Nelson Mandela apelou entretanto às Nações Unidas para o levantamento de todas as sanções económicas e diplomáticas ainda aplicadas à África do Sul, deixando a questão do embargo petrolífero à conside-

ração da própria ONU. O líder do ANC, que falava ontem numa reunião extraordinária do Comité especial anti-apartheid das Nações Unidas, convocou a pedido do seu movimento, condicionou a manutenção dos embargos de armas e materiais nucleares ao seu país à formação de um Governo de unidade nacional na sequência das próximas eleições.

O secretário-geral da Comunidade Britânica anunciou de imediato o levantamento de todas as sanções económicas e comerciais em vigor à África do Sul decretadas pela organização. ■

Levantamento das sanções económicas

PÚBLICO, 26.9.93

Apelo de Mandela já recebeu apoios

O APELO lançado à ONU pelo líder do ANC, Nelson Mandela, no sentido de serem levantadas as sanções económicas impostas à África do Sul foi rapidamente apoiado por responsáveis dos Estados Unidos, Commonwealth, China e Comunidade Europeia. O presidente norte-americano, Bill Clinton, não só se pronunciou a favor do levantamento das sanções

contra Pretória como incentivou os americanos a investir na África do Sul, assegurando que os Estados Unidos iriam "tomar as medidas necessárias" para permitir empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) àquele país.

Já depois de conhecida a reacção de Bill Clinton ao apelo de Nelson Mandela, o director-geral do FMI,

Michel Camdessus, — que também se encontrou com o dirigente do ANC — pronunciou-se a favor da disponibilização de uma verba de 850 milhões de dólares (142 milhões de contos) destinada à ajuda económica à África do Sul. Ao nível político, a Índia foi o primeiro país a anunciar, ontem e em resposta ao apelo de Mandela, o levantamento

das sanções económicas decretadas há 47 anos contra a África do Sul.

O apelo de Nelson Mandela junto das Nações Unidas foi reiterado em Washington por ocasião da sua participação no Congresso sobre o Desenvolvimento Económico Mundial que ontem terminou. Durante os cerca de 45

Continua na pág. 5

Uneasy de Klerk

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT
THE ECONOMIST, 20.9.93

IT IS a watershed—in more ways than one. On September 23rd South Africa's parliament was due to pass a bill to set up a transitional executive council, a multi-party "super-cabinet" with real powers. Though non-racial elections, leading to a government of national unity, are due only next April, this marks the end of 45 years of all-white rule by the National Party, now led by President F.W. de Klerk. The vote also marked the end of something else: six months of co-operation between his administration and the African National Congress (ANC).

The draft interim constitution on which the two worked together promises some scope for regional government. The ANC reckons this is already a generous concession. Mr de Klerk's men will soon be asking for more. One reason can be summed up in two words: Mangosuthu Buthelezi.

Mr Buthelezi's Inkatha Freedom Party (IFP) withdrew from the multi-party negotiating forum in July, in protest against "collusion" between the government and the ANC. It voted against the new council this week, denuding claims that ANC representatives on the council would control their township fighters. As well expect a ferocious dog to muzzle itself, said Jurie Mentz, the IFP's parliamentary leader.

Mr de Klerk, fearful that Mr Buthelezi

may make common cause with Afrikaner conservatives, is eager to bring the Zulu leader back to the negotiations. One way to do so would be to press harder for a true federal system. Mr Buthelezi, who reckons such a system would enable him to rule Natal province, is scathing about the failure of Mr de Klerk's negotiators to secure it, even in the transitional stage, let alone beyond.

This scorn is not unreasonable. The draft constitution proposes that regional governments have "exclusive" powers in some matters, but subject to the overriding or supervisory power of the centre. Nor are the powers wide. They include fire-fighting and ambulance services, town planning, markets: matters of municipal rather than regional government, Mr Buthelezi scoffs.

The draft contains 27 general constitutional principles meant to set clear parameters for the transitional parliament as it drafts a permanent constitution. Supposedly, these will guarantee strong regional government. But they are so broad that they could well permit a unitary system, delegating minimal—and maybe revokable—powers to subordinate provincial governments.

Mr Buthelezi is only one of Mr de Klerk's troubles. The other is his own party. Ever since he signed a "record of understanding" with the ANC a year ago, he has faced rumbles of discontent, centring on his "capitulation" to the ANC and abandonment of the IFP. Many senior National Party members, including two Natal-based cabinet ministers, favour an alliance with the IFP. The

rumbles have grown louder as support for the party has collapsed among white, coloured and Indian voters. Beeld, an Afrikaans newspaper, says at least seven cabinet ministers have been pushing strongly for a shift towards the IFP and federalism, which would enable the party, they believe, also to forge new ties with the increasingly powerful Afrikaner Volksfront.

The dissidents, led by Hemsus Kriel, the law-and-order minister, focus their anger on the trio of cabinet ministers—Roelf Meyer, Leon Wessels and Dawie de Villiers—who represent both government and party in the multiparty negotiations. They have given away too much, too easily, say their critics, remarking that all three have been named in the press as potential ministers in a future government of national unity dominated by the ANC.

Until recently, Mr de Klerk—who might become vice-president in such a government—has backed his negotiators and a power-sharing deal with the ANC. But that rested on the assumption that his party would run a strong second next April. It may not. Its all-race electoral support has dwindled below 20%; one poll suggests 12%. And now Mr de Klerk faces mutiny in the ranks. No wonder he is changing course.

The installation of the new transitional council next month appears, however, to be on schedule. And black South Africans have other worries. In one day, as parliament debated, 33 people were killed in three separate terrorist incidents near Johannesburg.

A MADRUGADA mal começara a iluminar o céu sobre os blocos amarelados das jazidas do Rand Ocidental quando Mandela entrou, alto e elegante como sempre, no seu fato cinzento, um sorriso amigável de saudação na face enrugada, que se tornou familiar depois de tanto tempo escondida atrás da máscara de ferro que era Robben Island. Ainda se levanta às quatro da madrugada, comandado pelo relógio interior impresso na memória pelo regime de prisão perpétua.

Teve de desistir dos exercícios de corrida às seis da manhã pelas ruas frondosas em redor da sua casa, considerados, pelos seguranças, demasiado arriscados após o assassinato de Chris Hanni, um dos seus possíveis sucessores. Agora, nas horas que antecedem o despontar do dia, pedala sem destino na sua bicicleta de musculação, exercício físico que transparaço na figura esbelta e na agilidade dos seus movimentos.

O escritório que ocupa no 10º andar de um arranha-céus do centro de Joanesburgo, onde funciona a sede principal do ANC, é muito diferente da sua minúscula cela na ilha, mas a austeridade que apresenta reproduz de alguma forma os anos de prisão, simbolizando a vida privada que não teve — transformada, pelas exigências da história, em propriedade pública.

Arrumados minuciosamente em filas, diversos livros repousam nas prateleiras de uma estante envidraçada, vendo-se em lugar de destaque a colecção completa das obras de Shakespeare. A sua grande secretária de madeira está solidamente colocada sobre a alcatifa bege que cobre o soalho.

O sol escaldante da manhã africana é impedido de penetrar na sala pelas venezianas colocadas nas janelas. Estão viradas para sudoeste, para as cidades-satélite de Khatlong e Thokosa,

MANDELA

O jogo final

EXPRESSO, 2 10 93

onde os cadáveres continuam a ser atirados diariamente para a pira da luta de libertação. O próprio Mandela ofereceu a sua vida em prol desta luta, como nas palavras finais do seu discurso de há 30 anos, no Palácio de Justiça de Pretória: «Alimento o ideal de uma sociedade livre e democrática, em que todos possamos viver juntos e em harmonia, com oportunidades iguais. É um ideal pelo qual espero poder viver para ver realizado. Mas, se necessário, é um ideal pelo qual estou também disposto a morrer».

Mandela sabe ser austero quando fala, principalmente quando assume interiormente a dignidade e os imperativos de liderança exigidos pelo seu cargo. Mas a dureza desvanece-se com a recordação destas palavras e o seu espírito desliza mais uma vez até àquele julgamento de Rivonia e ao momento em que o juiz reflectia sobre a hipótese de o mandar executar. «Alinharei esse discurso e mostrei-o aos meus colegas [os outros réus]. Discutimo-lo, eles fizeram algumas alterações e levámo-lo aos nossos advogados».

Os advogados ficaram horrorizados, recorda Mandela. «Se a acusação e o Estado virem o discurso, advertiram, vão pe-

gar em vocês e enforcá-los de seguida». Pediram então a Anthony Sampson, um jornalista do «Observer» que assistia ao julgamento, que o reescrevesse, mas a sua versão foi rejeitada pelos réus. A principal preocupação era aquele famoso último parágrafo. Os acusados, porém, pensavam que de qualquer forma seriam condenados à força. «Sentimos que era nosso dever desaparecer envolvidos por uma nuvem de glória — não tinha sentido fazer cedências em relação a esse último parágrafo». A equipa de advogados de defesa capitulou e o mundo ouviu um dos grandes testamentos políticos do século XX.

«O discurso era uma justificação da decisão de recorrer à luta armada. Em que circunstâncias é defensável o recurso à resistência armada? E então os bascos, o IRA, ou mesmo os «afrikaners» que agora ameaçam defender pela violência o que dizem ser o seu direito à autodeterminação?»

Curiosamente, para um homem que dispôs de 27 anos para reflectir sobre o princípio que o levou à prisão, parece não ter ainda uma resposta definitiva. Mas, ao explicar a decisão, alega que o ANC não tinha qualquer alternativa, porque o Governo «decidiu inviabilizar todos os meios que poderiam permitir a luta pacífica». Os «afrikaners» estiveram devidamente representados nas actu-

ais negociações multipartidárias, salientou, e o processo tem avançado. «Estou disposto a recomendar à minha organização que se faça qualquer coisa para dar uma resposta favorável à reivindicação de uma região «afrikaner», inserida no sistema de poder regional; nessas circunstâncias, penso que não há razão para se recorrer à força das armas».

Fiel aos velhos amigos

— E sobre as críticas ocidentais a respeito do seu apoio a pessoas como Fidel Castro e Kadhafi?

— Quando iniciámos a luta armada, o nosso líder de então, o camarada Oliver Tambo, foi primeiro pedir apoio às capitais ocidentais. O Ocidente não lhe permitiu sequer o acesso aos escalões mais baixos dos quadros governamentais. Apoiavam o regime de «apartheid» e não se interessaram pelo nosso caso. Mas quando foi a Cuba, quando foi a Líbia falar com Kadhafi, receberam-no de braços abertos. Nenhum lutador da liberdade que seja íntegro poderia agora abandonar os amigos que o ajudaram quando os tempos eram difíceis para ele. Abrimos os braços aos novos amigos. Os Governos ocidentais fizeram muito para que a nossa posição seja hoje mais forte. Mas agradecemos o seu apoio sem rejeitar agora o apoio dos nossos velhos amigos.

— Desde que os ventos de

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 4

Apelo de Mandela já recebeu apoios

minutos que durou a sua intervenção, Mandela referiu-se exaustivamente à necessidade de recuperação da economia sul-africana, considerando que, neste momento, estão a ser criadas condições firmes para a estabilidade naquele país. A realização de eleições em Abril próximo é um passo decisivo para a democratização da África do Sul, acrescentou Mandela, que disse acreditar que «existem condições para que o acto eleitoral seja livre e justo». E acrescentou: «Apesar das imagens das televisões e dos relatos dos jornais que, diariamente, se referem ao crime e à violência na África do Sul, este Governo

está a assegurar a transição para uma sociedade democrática e «anti-apartheid».

Centrando-se na actual situação da economia sul-africana, Mandela — que se desloca a Portugal no próximo dia 5 de Outubro — referiu-se às largas quantidades de capital que têm abandonado o país em busca de investimentos mais atractivos, à necessidade de relançar a actividade económica através das exportações (o que considerou possível com o levantamento das sanções) e a criação de novas regras no mercado de trabalho. De acordo com o líder do ANC, cerca de metade da população activa na África do Sul encontra-se

desempregada ou a laborar em condições precárias.

A modernização e o aumento da competitividade da economia com a participação do capital privado estrangeiro foi defendida pelo líder do ANC, independentemente dos resultados das eleições do próximo ano. «Mais cedo ou mais tarde, as negociações com os três blocos económicos — CE, EUA e países asiáticos — terão de começar», acrescentou.

O desenvolvimento em África e a participação dos países desenvolvidos nesse processo foi um tema também abordado num painel decorrido ontem que contou com a participação do presi-

dente do Banco Africano para o Desenvolvimento, Babacar Ndiaye. Este interveniente defendeu a participação dos capitais públicos no desenvolvimento das infra-estruturas em África, de forma a facilitar a captação de investimento privado de origem estrangeira.

Subordinado ao tema «Construindo uma economia global integrada», o congresso que ontem terminou na capital americana teve também a presença de uma delegação portuguesa, chefiada pelo ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira. ■

Clara Teixeira,
em Washington

O momento decisivo

EXPRESSO, 2 10 93

A ÁFRICA do Sul parece estar a aproximar-se de um momento decisivo na busca de um acordo constitucional, enquanto Nelson Mandela prossegue uma viagem triunfal pelo mundo, que já conseguiu pôr termo às sanções internacionais. Os diplomatas de Pretória ficaram atordoados com o frenesim que lhes chega de países do mundo inteiro, querendo restabelecer laços com a África do Sul desde que Mandela — que chega a Portugal na próxima semana — fez a sua sensacional declaração na ONU, afirmando que «a vitória está à vista» na luta contra o «apartheid».

Por entre a excitação provocada pelos avanços na frente internacional, a África do Sul, contudo, observa nervosamente os passos de abertura deste «jogo final» do processo de negociações, que determinará a forma e a estabilidade da sua sociedade pós-«apartheid».

O levantamento das sanções foi facilitado pela aprovação de legislação pelo Parlamento de Cape Town, criando um Conselho Executivo de Transição, multipartidário, destinado a acompanhar a acção governativa e a preparar as eleições da libertação.

Mas o momento é crucial para quatro agrupamentos, que ainda têm de decidir se querem juntar-se ao processo eleitoral ou optar pela confrontação com o Governo e o ANC. São eles o movimento «afrikaner» de direita, o bantustão KwaZulu, não independente do chefe Mangosuthu Buthelezi, e os dois bantustões «independentes» do Bophuthatswana e Ciskei. Os «afrikaner» são considerados a chave do eventual impasse, particularmente o recém-criado «Afrikaner Volksfront», um grupo que abrange diversas organizações de direita sob a lide-

rança do ex-comandante militar general Constand Viljoen.

Esta revelação causou espanto, tendo sido divulgada pelo próprio Mandela durante a viagem de avião que o conduziu à ONU. Soube-se que o líder do ANC manteve conversações secretas com o general, na esperança de diluir a ameaça que a extrema-direita representa para um acordo constitucional com a maioria negra.

Ainda não é claro que passos foram dados nas conversações, que começaram com uma reunião entre Mandela e Viljoen há seis semanas e continuam a nível do Executivo. Consta, porém, que se conseguiu chegar a uma espécie de entendimento sobre a participação dos seguidores do Volksfront nas eleições de Abril, se lhes fosse garantida alguma forma de «autodeterminação» «afrikaner» na nova Constituição.

Mas a forma que essa autodeterminação poderia revestir continua a ser um paradoxo. Não existe praticamente qualquer zona no país em que os brancos sejam maioria, e ainda menos os «afrikaner». Assim, a única forma de lhes ser dada uma região onde se pudessem «autogovernar» — mesmo se em regime federativo — seria pela retirada forçada de população negra ou pela privação dos seus direitos de representação. Qualquer das medidas seria um anátema para o ANC ou para qualquer outro grupo político negro.

No entanto, o simples facto de as conversações terem tido lugar mostra que o ANC concluiu que se torna imperativo chegar a um qualquer entendimento com a extrema-direita. Isso explica-se em parte pela queda dramática de popularidade do partido de FW De Klerk, o Partido Nacional. As mesmas sondagens que davam,

em Fevereiro, 26 por cento de apoio aos nacionalistas, indicam agora 14 por cento ou talvez mesmo 12. A erosão sofrida leva a crer que o Presidente De Klerk já não está em posição de afirmar que representa a comunidade «afrikaner».

Um acordo conseguido com o Volksfront resultaria, possivelmente, no isolamento dos líderes dos bantustões, sendo o chefe Mangosuthu Buthelezi aquele que representa um problema mais grave. Embora o chefe tenha ameaçado fazer uma guerra em defesa do «reino-zulu, só conseguiria pôr em prática a ameaça fazendo uma aliança com a extrema-direita. O general Viljoen, que se reformou da Força de Defesa sul-africana há oito anos, é ainda admirado como um herói pelos militares, que lhe chamam o «Rommel da África do Sul». O Volksfront tem 15 generais reformados a chefá-lo, o que é uma indicação da influência que poderá ter entre as forças de segurança.

Quanto aos outros dois bantustões, a oposição do Ciskei a um acordo pode ruir em breve

com a deposição do seu líder, brigadeiro Oupa Gqozo. O brigadeiro, que tomou o poder num golpe realizado há dois anos, foi recentemente considerado responsável em tribunal pela morte do antigo chefe de segurança do bantustão, Charles Sebe. Em consequência, poderá em breve enfrentar um processo por homicídio, o que constituiria uma boa oportunidade para Pretória manobrar de forma a impor a sua saída.

O Bophuthatswana, «capital do jogo» da África do Sul, pode vir a ser o caso mais difícil de solucionar. O ANC insiste que o Presidente De Klerk poderia fazer cair Lucas Mangope, o presidente, se lhe fossem cortados os subsídios financeiros. Mas é o bantustão mais viável e alguns economistas pensam que poderia sobreviver mesmo sem o auxílio de Pretória.

Porém, se Mandela conseguir trazer o Volksfront para o processo de negociação, é provável que o Presidente Mangope não se aguente ao poder por muito mais tempo.

D.B.

Inkatha vai às eleições

PÚBLICO, 4 10 93

O PARTIDO da Liberdade Inkatha (zulu) decidiu-se sábado a participar nas próximas eleições na África do Sul, marcadas para 27 de Abril de 1994, segundo um comunicado ontem emitido. A formação rival do Congresso Nacional Africano ressaltou no entanto que o sufrágio, o primeiro em uma base não racial a realizar-se no país, deve destinar-se à formação de um novo Governo e não a eleger uma assembleia constitucional, sublinhou o Comité Central da organização, reunido em Ukhundi, Kwazulu. O líder zulu, Mangosuthu Buthelezi, afirmou antes que o seu partido não aceitaria participar no sufrágio enquanto a sua reivindicação federalista não fosse aceite pelos negociadores de Kempton Park, Joanesburgo. ■

Continuação da pág. 5

O jogo final

mudança começaram a soprar em África, o continente viu-se mergulhado em golpes e guerras civis e os seus Governos são conhecidos por má administração, incompetência e corrupção. Que resposta dá aos que receiam que, com a libertação, o mesmo possa suceder na África do Sul, a «arca do tesouro» do mundo?

— Os problemas de África devem ser ponderados num contexto de longos anos de exploração colonialista e opressão, o que significa que as grandes esperanças para depois da libertação não po-

deriam ser realizadas com calendário. África vive um processo de mudança com a aceitação da democracia multipartidária, que irá conduzir a condições mais estáveis em todo o continente. Na África do Sul, temos a prudência suficiente para evitar erros iguais aos que foram cometidos no resto de África.

— E sobre os grandes «opressores» da África do Sul, os «afrikaner»?

— Existe uma considerável hostilidade dos negros contra os «afrikaner», por razões compreensíveis. E, contudo,

não podemos negar o facto de que eles tiveram também um papel muito positivo. O contributo de Braam Fisher e ou Beyer Naude é a razão que me pode levar a compreender a reivindicação de um bantustão para os «afrikaner».

A exigência é inaceitável, apressa-se a acrescentar, pois a ela se seguiriam outras «nações étnicas», o que conduziria ao desmembramento da África do Sul. «Acredito, no entanto, a nível individual, que devemos responder favoravelmente à exigência de um sistema regional, que já aceitámos».

Quanto ao chefe Mangosuthu Buthelezi, Mandela hesita antes de dizer diplomaticamente: «Penso que é um desses líderes que têm credenciais e realizações no plano individual que poderiam ser uma contribuição positiva na solução dos grandes problemas nacionais que afectam o país... Considero lamentável que esteja a desempenhar um papel geralmente considerado pelo negro como o de alguém que estraga tudo».

David Berastford
correspondente
em JOANESBURGO

Inquérito à Embaixada já tem números

Lisboa custou caro a Cabo Verde

PÚBLICO, 21 9 93

Nuno Pacheco

O tão prometido inquérito à gestão da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa já começou. E os resultados preliminares da investigação, ontem divulgados pelo jornal "A Semana", sustentam não só a necessidade do inquérito parlamentar como também um eventual processo crime contra o embaixador Eugénio Inocêncio.

Não há ainda conclusões nem foi formulada qualquer acusação. Mas os números recolhidos pelos investigadores dão que pensar. Segundo um artigo publicado ontem no jornal cabo-verdiano "A Semana" e assinado pelo seu director, Jorge Soares, "os resultados são espantosos": "Eugénio Inocêncio, embaixador

de Cabo Verde em Portugal, gastou, em apenas nove meses, 6 mil contos [portugueses, o que é o mesmo que 3 mil contos cabo-verdianos] em vestuário; comprou um carro, um BMW de 10.200 contos, com dinheiro do Estado, e registou-o em nome próprio (de notar que a Embaixada já tinha seis viaturas ao seu serviço); adquiriu caixas de 'whisky', num só mês, no valor de 1200 contos." De acordo com um documento a que o referido jornal teve acesso, estes números são agravados "pelo facto de a Embaixada ter consumido, em dois anos, as receitas consulares num valor superior a 140 mil contos, para além dos 36 mil contos que são transferidos anualmente de Cabo Verde."

O inquérito, que tanta tinta tem feito correr em Cabo Verde, começou em Julho passado com uma inspecção ordenada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Chantre. Encarregados da missão foram o inspector Daniel Benoni Rezende Costa e o inspector-adjunto das Finanças António Semedo. Tinham, ambos, de passar em revista os movimentos ocorridos entre 1 de Julho

de 1991 e 30 de Junho de 1993, abrangendo as gerências do encarregado de negócios Raul Jorge Vera Cruz e do actual embaixador Eugénio Inocêncio.

E os inspectores pasmaram com o que viram. Só nos primeiros meses de instalação de Inocêncio, segundo os documentos consultados, a Embaixada ter-lhe-á custeado diversas despesas pessoais — desde bebidas e alimentos a desodorizantes, chocolates, fruta, pasta dentífrica, lâminas de barbear, etc. — no montante aproximado de 1500 contos. Em vestuário, as despesas foram de seis mil contos. Uma só factura somava 140 mil escudos portugueses e discriminava os seguintes artigos: uma mala e um saco de viagem, um porta-chaves, um porta-fato e uma pasta em pele.

Muitas "despesas miúdas" (almoços e jantares de funcionários, deslocações de táxi, ajudas de custo) carecem, segundo os investigadores, de fundamentação adequada. Há também facturas de hotéis e abonos suplementares sem indicação da data de concessão ou estadia, o que impossibilita qualquer conferência séria.

Os números indicados são apenas parte de uma série infundável que inclui, entre outras, despesas elevadas com reparações de viaturas (200, 400, 800 e até 1700 contos) sem fundamentação adequada nem responsabilização pelos acidentes sofridos.

Tranquilo ou não com tudo isto, Eugénio Inocêncio dirigiu uma carta ao chefe da diplomacia cabo-verdiana, Manuel Chantre, pedindo-lhe encarecidamente que o Governo facilite as condições à Comissão de Inquérito Parlamentar (constituída por seis deputados e com a missão de passar a "pente fino" as suas contas em Lisboa) na investigação dos seus actos. Inocêncio pede ainda o cancelamento do inquérito aos seus antecessores, que considera "arriscado" e desnecessário.

Para ele, escreve "A Semana" na sua edição de ontem, interpretando a carta enviada ao ministro, "a não concretização do inquérito à sua gestão poderia ser explorada como manobra de encobrimento, 'prejudicando a imagem de isenção e profissionalismo' que tem procurado 'escrupulosamente' colocar no seu desempenho". ■

Da Internacional Socialista a São Bento passando por Belém

Mandela com todos

PÚBLICO, 4 10 93

Joaquim Trigo de Negreiros

Toda a gente quer estar com Nelson Mandela. O primeiro-ministro, o titular dos Estrangeiros, o Presidente e os dirigentes da Internacional Socialista já garantiram os seus contactos com o líder do ANC, que hoje chega a Portugal.

Se tudo correr normalmente, é natural que ele seja o Presidente da República da África do Sul daqui a sete meses... É neste pressuposto que a diplomacia portuguesa se prepara para finalmente receber Nelson Mandela. Depois de dois falhos alarmes devidos por dificuldades de agenda e problemas de saúde, o líder do ANC desembarca amanhã em Lisboa nesta tarde,

iniciando amanhã uma visita de dois dias carregada de encontros oficiais e compromissos de carácter particular.

O primeiro contacto oficial acontece no Palácio de Belém, onde Mandela é o convidado de Soares para um jantar. Nessa altura, já o dirigente sul-africano terá dirigido uma saudação ao povo português, durante um espectáculo de boas-vindas organizado pelo Movimento Português Contra o Apartheid (MPCA), que se realiza ao fim da tarde.

Ainda na terça-feira, estão previstos um almoço promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação e uma primeira reunião de trabalho com representantes do MPCA. No dia seguinte, quarta-feira, antes da partida para Bruxelas, Nelson Mandela divide o seu tempo entre a reunião da Internacional Socialista, que decorre em Lisboa, e os gabinetes governamentais: primeiro São Bento, depois as Necessidades.

Este segundo dia do dirigente do ANC começa com um pe-

queno-almoço que antecede a abertura dos trabalhos da reunião da Internacional Socialista, onde Mandela vai dividir com Shimon Peres as atenções reservadas aos protagonistas em destaque na cena mundial. A mesa estarão António Guterres, o ministro dos Estrangeiros belga, Willy Claes, actual presidente em exercício do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, o chefe do Governo norueguês, Gro Brundtland, o líder trabalhista britânico, John Smith, e o presidente da Internacional Socialista, Pierre Mauroy.

Abertos os trabalhos, Mandela será o terceiro orador no encontro de dirigentes socialistas depois de Guterres e Shimon Peres. Tudo sem atrasos, porque o líder do ANC tem de estar em São Bento ao fim da manhã, para uma reunião com Cavaco Silva, seguida de um almoço a dois.

Depois desta refeição, Nelson Mandela encontra-se com Durão Barroso no Palácio das Necessidades, seguindo-se uma conferência de imprensa conjunta, com que termina a visita.

A expectativa com que os meios políticos e diplomáticos de Lisboa aguardam esta visita de Nelson Mandela é recíproca e deve-se, sobretudo, à presença de cerca de meio milhão de emigrantes portugueses na África do Sul. A comunidade portuguesa é um dado com que Mandela tem que contar para a delicada transição sul-africana.

Por outro lado, a dimensão dessa comunidade faz com que o Governo português acompanhe "ao microscópio" o evoluir da situação neste país africano. Um sinal disso mesmo voltou a ser dado na última quinta-feira, na Assembleia Geral das Nações Unidas, quando o ministro Durão Barroso dedicou seis parágrafos do seu discurso à análise da transição na África do Sul.

Durão Barroso destacou o perigo de um alastramento da violência, que, alertou, pode pôr em perigo a reconciliação nacional sul-africana. Como pano de fundo, a noção de que o desfecho do processo na África do Sul determinará o equilíbrio de toda a África Austral. ■

José Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Os gastos sumptuários realizados pelo embaixador de Cabo Verde em Lisboa deverão acarretar o seu castigo, apesar dos esforços das autoridades governamentais para encontrar os excessos de Eugénio Inocêncio.

O Tribunal de Contas e a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde já solicitaram ao Governo o relatório de inspecção feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros às contas do embaixador Eugénio Inocêncio, em Lisboa. Segundo o jornal "A Semana", que divulgou o documento acerca dos gastos deste diplomata, essas entidades não pretendem ficar de braços cruzados face à gravidade dos factos aí narrados.

Com isso, caem por terra os esforços das autoridades governamentais, sobretudo do ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Chantre, em justificar os gastos do seu embaixador, apesar de reconhecer "um certo excesso" por parte desse diplomata. Entretanto, em entrevista ao "Novo Jornal Caboverde", publicada sábado, Chantre revelou que o inspector-geral Daniel Benoni, autor do relatório em questão, vai ser demitido por incompetência.

Recorde-se que na sequência da inspecção que os Negócios Estrangeiros efectuam periodicamente às suas embaixadas, Daniel Benoni e o seu colega do Ministério das Finanças Mário Semedo registaram gastos considerados assombrosos para um país pobre como Cabo Verde, relativos a 1991 e 92. Em nove meses Inocêncio gastou três mil contos no seu "envio de embaixador" (sic) em que, para além de fatos, jaquetas e fraques, não esqueceu de incluir nas contas da sua embaixada os montantes referentes a pijamas, peúgas, botões de punho, porta-chaves, etc.

O relatório vem ao encontro das suspeitas que originaram há três meses um inquérito parlamentar aos actos de Inocêncio em Lisboa. Tal facto levou o autor do documento a desabafar que em toda a sua vida de inspector nun-

O embaixador de Cabo Verde em Lisboa encurralado

Gastos sumptuários deverão ser punidos

PÚBLICO, 30 9 93

ca viu "gastar tanto dinheiro em vestuário e outras coisas mais, à custa do Estado".

Note-se que Daniel Benoni é funcionário dos Negócios Estrangeiros desde 1976 e autor de vários outros relatórios, um dos quais originou recentemente a demissão do ex-embaixador caboverdiano em Luanda, Alirio Silva, por não ter conseguido justificar as suas contas no tempo em que fora cônsul-geral de Cabo Verde em Boston.

Para além da compra de vários milhares de contos em whiskeys, caviar, lagosta, camarão, Inocêncio foi acusado anteriormente de uma série de actos administrativos que contrariam a lei caboverdiana. Com efeito, após a sua chegada a Lisboa, mandou para casa vários funcionários, contratando outros da sua confiança política, sem que para tal tivesse a autorização do seu ministério.

Inocêncio é agora acusado de ter gasto cerca de 70 mil contos, oriundos das receitas do seu consulado. De acordo com o presidente do Tribunal de Contas, Anildo Martins, citado pelo "A Semana", tal procedimento é ilegal uma vez que esse montante deveria ter sido enviada para os cofres das Finanças da Praia.

Outro assunto que tem deixado o embaixador caboverdiano em situação difícil é a compra de um automóvel BMW, por cerca de cinco mil contos, e que registou em seu nome. Na sequência da denúncia do caso, ele divulgou uma declaração, datada de 4 de Janeiro passado, em que afirma que o automóvel pertence à Embaixada de Cabo Verde.

Segundo a sua versão, a viatura foi adquirida com autorização do seu ministério, que na época era dirigido por Jorge Fonseca. Sabe-se neste momento que tal não é verdade uma vez que a compra foi feita à revelia

dos serviços centrais do seu ministério, que, mesmo depois de adquirido o automóvel, ordenou a sua devolução.

O relatório que compromete a imagem de Eugénio Inocêncio contém igualmente um capítulo em que se atribui à Presidência da República uma dívida de sete mil contos, contraída durante a visita que o chefe de Estado caboverdiano, António Mascarenhas Monteiro, efectuou a Portugal em 1991. Um responsável da Presidência assegurou a "A Semana" que o seu serviço não tinha conhecimento de tal dívida e que "difícilmente uma despesa de um ano transita para o outro sem que seja liquidada".

Inocêncio tem procurado fazer crer que está a ser vítima de uma perseguição política por parte dos seus adversários, quer do PAICV quer do seu próprio partido MpD. Contudo, a nível da opinião pública caboverdiana o seu nome é neste momento motivo de anedotas mais diversas e tido como exemplo máximo de embanizador dos bens do país.

Quem é Eugénio Inocêncio

Considerado pelo ministro Manuel Chantre um "embaixador estrela", cujos gastos devem ser confrontados com os resultados do seu desempenho, o nome de Eugénio Inocêncio, já chegou a ser apontado para substituir o actual chefe da diplomacia caboverdiana. Consta que foi Inocêncio que o apresentou a Carlos Veiga no decorrer de uma visita a Portugal em 1990 na qualidade do então coordenador do emergente Movimento para a Democracia.

Ex-dirigente e deputado do PAIGC, Inocêncio rompeu com esse partido em 1979 na sequência do

afastamento dos chamados trotaquistas. A abertura que levaria Cabo Verde às primeiras eleições livres e pluralistas, em Janeiro de 1991, encontrou-o exilado em Lisboa. Formado em economia, ingressou no jornalismo, sendo ainda hoje quadro da agência Lusa.

Após a vitória do MpD, Eugénio Inocêncio tornou-se um dos principais conselheiros de Carlos Veiga. Foi também nessa altura que se tornou conhecido do grande público por ter publicado no extinto "Voz do Povo" um extenso artigo, intitulado "Ternura pelo adversário", em que defendia a "neutralização" do PAICV.

A publicação mais tarde do livro "A tortura em nome do partido único" de Onésimo Silveira (PÚBLICO 01/10/91) não o deixou incólume. O comerciante Augusto de Melo, em Porto Novo, ilha de Santo Antão, afirma ter sido preso e torturado em 1974 por ordem do então responsável do PAIGC nessa ilha, precisamente Eugénio Inocêncio, por se ter negado a participar numa greve convocada por esse partido.

Há cerca de dois anos, "A Semana" publicou uma história em que se dava conta de um "juízo" protagonizado por aquele diplomata. Em 1976, um jovem caboverdiano, estudante de medicina em Lisboa, acusado de colaborar com a PIDE, foi réu de um "tribunal revolucionário" presidido por Inocêncio. Enquanto era interrogado, Mário Andrade era açoitado e intimado a admitir a culpa.

Por outro lado, devido a disputas do passado, e, sobretudo, por causa dos métodos pouco ortodoxos de Inocêncio, as relações entre este e o então ministro Jorge Fonseca (também um antigo trotaquista) deterioraram-se por completo nos últimos três anos. Inocêncio passou a despachar directamente com Carlos Veiga, que lhe dava cobertura no confronto com Fonseca.

Por isso, quando Inocêncio diz que a publicação do relatório de inspecção de que foi alvo é obra dos seus inimigos, muita gente em Cabo Verde interpreta isso como uma alusão a Jorge Fonseca. Em todo o caso, os adversários que foi deixando pelo caminho têm agora razões suficientes para se sentirem satisfeitos face à "inocência perdida de Inocêncio", como escreve "A Semana" no seu número de segunda-feira, em mais um artigo desta novela que promete. ■

O Vietname português

A. E. DUARTE SILVA*

EXPRESSO, 2.10.93

EM 1968, o PAIGC reclamava ter libertado «mais de dois terços» do território. O seu líder incontestado, Amílcar Cabral, considerava mesmo que a situação da Guiné-Bissau era comparável à de «um Estado independente, que tem uma parte do seu território nacional, nomeadamente os centros urbanos, ocupada por forças militares estrangeiras». Cabral sustentava que o povo da Guiné adquirira «o direito a uma personalidade própria no plano internacional».

Este direito ao reconhecimento internacional seria consequência de a luta de libertação ter forjado «uma nação sólida e consciente de si mesma» e substituído, progressivamente, a administração portuguesa por novas estruturas políticas, militares e administrativas, pelo que, na opinião do secretário-geral do PAIGC, «já não temos necessidade do acordo do Governo português para consumar a independência». É certo que o direito internacional impunha regras; Cabral argumentava, contudo, que o caso da Guiné se tomara especial, uma vez que já não se podia falar de Portugal como potência administrante.

Em Bissau, Spínola iniciava, entretanto, a política «Por uma Guiné Melhor».

O programa de Spínola alterou a anterior estratégia da solução militar e não era, pelo menos na forma, precisamente idêntico ao que Marcello Caetano vinha definindo em Lisboa.

Spínola concluiu que «uma guerra subversiva não se ganha militarmente» e que a vitória «tem de ser conseguida pelo governo no campo político» (Carlos Fabião). Por isso, defendendo intransigentemente a soberania portuguesa e «uma Guiné autodeterminada dentro do contexto do Portugal renovado para que caminhamos», e reconhecendo, por outro lado, a agressividade e a implantação do PAIGC, a estratégia de Spínola irá privilegiar os factores político-sociais. Além do reforço e reorganização das Forças Armadas, do reordenamento populacional, do abandono do sistema de quadrícula, e dos esforços para neutralização dos apoios do PAIGC nos países limítrofes, o seu programa visará o desenvolvimento económico, a justiça social, o reforço das instituições tradicionais, o aproveitamento das divisões étnicas e a exploração das tensões entre guineenses e caboverdianos no interior do PAIGC.

EM MAIO de 1968, quando o então brigadeiro Spínola fora nomeado Governador e Comandante-Chefe por Salazar, a situação militar na Guiné apresentava o seguinte panorama:

— toda a Zona Sul era controlada pelo PAIGC, constituindo praticamente uma «Região Libertada», impenetrável às forças portuguesas, que se encontravam encerradas em alguns campos fortificados;

— a Zona Leste, na parte do «Chão Fula», era dominada pelas tropas portuguesas, apesar das profundas penetrações do PAIGC; se a considerarmos integrada nesta zona, desde Fevereiro de 68 que a região do Boé estava completamente «libertada»;

— era na Zona Oeste (a que correspondia, em parte, à Frente Norte do PAIGC), que se tratava «a mais importante batalha, talvez decisiva, para o futuro da Guiné» (Carlos Fabião). O «aliciamento» e a luta armada expandiam-se por quase toda a zona, a sublevação do «Chão Manjaco» significaria o cerco à ilha de Bissau e, com a sublevação do Biombo,

«a chegada do fim» (Idem).

Em síntese, o PAIGC atingira em 1968 a sua expansão máxima. A contra-ofensiva desencadeada por Spínola permitiu estabilizar a situação, que passou a ser de impasse político-militar.

EM 1972, quatro acontecimentos — o fracasso das tentativas de negociação, a visita da Missão Especial da ONU, as eleições para a Assembleia Nacional Popular e a acção diplomática do PAIGC — alteram o contexto da luta e levam Cabral a concluir que só há uma solução para o conflito: a independência.

1. Em 1970, Spínola, procurando «uma saída para o complexo problema da Guiné», tomara várias iniciativas. Tentou transformar «as forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das Forças Armadas Portuguesas» e nomear Cabral «para o cargo de Secretário-Geral da Província». Envolveu-se em contactos para a «rendição às nossas tropas de algumas importantes unidades combatentes do PAIGC, cujos chefes guineus estavam descontentes com a chefia política da organização» (Silva Cunha) — o que concluiu com a morte de três majores, na zona Canchungo-Cacheu. Por fim, patrocinou, em Novembro, a invasão de Conacri, uma «saída de desespero» que originaria «um escândalo de repercussões mundiais» (Freire Antunes) e levaria ao reforço político-militar da URSS e do Pacto de Varsóvia na zona.

Em 1971, fracassaram, primeiro em Dacar e depois em Paris, as tentativas do Presidente senegalês, Senghor, para avançar com o seu «Plano de Paz» junto de Caetano, porque o Governo português «nada mais queria para além da autonomia» (Senghor).

2. Em 1965, após a visita de uma Missão Militar, o PAIGC foi reconhecido pela OUA como única organização nacionalista e combatente na Guiné. Desde então, tentava que a ONU enviasse à Guiné uma Missão para comprovar as condições de vida nas áreas libertadas e averiguar as aspirações do povo. A visita foi aprovada pela Assembleia Geral, em 71, e autorizada pelo Conselho de Segurança, em Fevereiro de 72. Formada por três membros da Comissão de Descolonização, a visita da Missão Especial decorreu de 2 a 8 de Abril, apesar de todos os esforços portugueses para a impedir.

Pretendendo embora que a visita «não convenceu ninguém», o ministro do Ultramar, Silva Cunha, reconheceu que o resultado foi «espectacular». O relatório da Missão era francamente favorável às teses do PAIGC. Na sequência do relatório, a Comissão de Descolonização formaliza, logo em Abril de 72, o reconhecimento do PAIGC como único representante legítimo do povo da Guiné e de Cabo Verde — o que virá a ser confirmado, em Novembro, pela Assembleia Geral. Este passo revelar-se-á decisivo. O reconhecimento internacional dos movimentos de libertação determinou a «independência sem descolonização» (Aquino de Bragança) de todas as ex-colónias africanas portuguesas e é, jurídica e politicamente, o factor distintivo da descolonização portuguesa.

3. Em Agosto de 71, o Conselho Superior de Luta deliberou realizar, no ano seguinte, eleições gerais nas regiões libertadas, com vista à criação de uma assembleia representativa do povo da Guiné, à qual competiria tomar algumas decisões «de alcance histórico»: procla-

mar o Estado da Guiné-Bissau; aprovar a sua Constituição; designar os órgãos executivos do Estado, que iriam exercer as suas funções no interior do território; estudar as medidas mais adequadas com vista à «liquidação da ocupação militar portuguesa na Guiné e ilhas de Cabo Verde».

As eleições realizaram-se entre fins de Agosto e 14 de Outubro de 72. Houve 82.032 votantes, dos quais 97% favoráveis à lista única. O grau de democraticidade e representatividade destas eleições foi discutido, mas uma conclusão é inegável: não havia qualquer outro exemplo, no percurso das lutas de libertação, de promoção de eleições por um partido antes de assumir formalmente o poder.

A realização de eleições visou três objectivos: meio de prova para o reconhecimento internacional do PAIGC; aperfeiçoamento do sistema de governo, início da separação de funções entre o Partido e o Estado; e, especialmente, fundamentação do exercício do direito à autodeterminação na vontade popular, conjugando a legitimidade revolucionária com a legitimidade eleitoral.

4. Em 1971 e 1972, preparando a declaração de independência, o PAIGC desenvolveu uma intensa acção diplomática. Cabral multiplicou os contactos e, em 16 de Outubro de 72, fez perante a IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, já com o estatuto de observador, um «discurso de Estado», em que, mais uma vez, propunha a abertura de negociações com o Governo português.

APÓS o assassinato de Cabral, em 20 de Janeiro de 73, o PAIGC desencadeou uma série de operações militares que iriam alterar profundamente a situação no terreno.

Do ponto de vista militar, o ano de 73 marca uma viragem. Até então, a supremacia aérea condicionava qualquer tentativa mais ambiciosa do PAIGC. Para tentar romper o impasse em que a guerra caíra desde 68, o PAIGC começara, há algum tempo, a preparar a sua própria força aérea (dotada de aviões soviéticos), ao mesmo tempo que introduzira alguns tanques no território. A partir do momento em que dispôs de meios anti-aéreos, podia cercar os aquartelamentos portugueses durante o tempo necessário ao êxito. A guerra de flagelação deixava de ser fundamentalmente nocturna.

Também Spínola, fracassada a via da solução política em que se empenhara e «fiel ao princípio de que só a ofensiva conduz à vitória» (Carlos Fabião), desencadeara, nos finais de 72, uma poderosa ofensiva no Sul, procurando a vitória militar, através da reconquista das áreas libertadas. Dispondo do domínio absoluto dos ares e de unidades especiais, Spínola começou por ter «um certo sucesso». Porém, nos fins de Março, o «strella» (missil terra-ar, de fabrico soviético) apareceu nos céus da Guiné, permitindo o equilíbrio e logo a seguir a inversão da iniciativa a favor dos guerrilheiros do PAIGC» (Idem).

Entrava-se — a par da evolução política — na fase final da luta de libertação.

De Março a Abril de 73, vários acontecimentos lançaram o pânico nas forças armadas portuguesas. Primeiro, um «jacto» Fiat foi abatido no sul, na região de Guilege, por uma arma desconhecida. O piloto conseguiu saltar, sendo recolhido numa acção dos «Comandos Africanos». Dois dias depois, um outro avião do

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 9

O Vietname português

mesmo tipo, pilotado pelo tenente-coronel Almeida Brito, foi abatido na zona de Madina do Boé. O piloto morreu; os militares portugueses descobriram que a arma usada fora um míssil terra-ar.

Oito dias depois, desta vez em Guidage, no Norte, é abatido um aparelho a hélice, DO-27. Em acção de represália, logo aparecem outro DO-27 e um bombardeiro. São igualmente abatidos. Os pilotos recusam-se a levantar voo.

Os voos da Força Aérea acabariam por ser retomados, mas em condições diferentes, sempre abaixo dos cem ou acima dos dois mil metros. A instabilidade e o medo instalam-se em Bissau; vários oficiais mandam as famílias para Lisboa. No princípio de Maio, o quartelamento de Guidage, próximo do Senegal, é cercado e bombardeado durante vários dias. O comando português toma medidas de

» emergência e promove uma operação de grande escala (a «Ametista Real») contra a base de Cumbabory.

A partir de 18 de Maio, o campo fortificado de Guilege é bombardeado dia e noite. Com o campo isolado e praticamente destruído, sem hipóteses de socorro nem de sobrevivência, o major de comando decide a retirada; Spínola ordena a sua prisão e instauração de auto por crime de cobardia.

Segue-se Gadamuel. A debandada da guarnição é sustida pela chegada do próprio Spínola, rodeado de helicópteros. A guarnição é reforçada por companhias de pára-quadristas e «caçadores» e pelotões de artilharia.

As FARP abrandam a pressão. Entre 6 e 27 de Maio, os números oficiais indicam 54 mortos e 225 feridos portugueses; no primeiro semestre de 73, aquele número elevou-se a 135 mortos em combate.

Se o impacto destas acções nos militares portugueses foi «devastador» (Patrick Chabal), para o PAIGC, a disponibilidade dos mísseis anti-aéreos «mudou significativamente os dados da guerra» (Aristides Pereira).

NO CAPÍTULO, sugestivamente intitulado «A Caminho do Fim», do seu livro *País sem Rumo*, Spínola confirma que o aparecimento dos mísseis Strella «marcava, indiscutivelmente, o limiar de uma nova fase da guerra». Na época, comunicara para Lisboa: «Defrontamos uma situação que, pela sua gravidade actual e claras perspectivas de evolução, inspira as mais justificadas apreensões.»

Em carta que na mesma altura enviara ao ministro do Ultramar, Spínola era ainda mais explícito: «Em resumo, aproximamo-nos, cada vez mais, da contingência do colapso militar.»

Quando estes relatórios chegaram a Lisboa, «o alarme foi grande» (Silva Cunha) e o Chefe do Estado-Maior General, Costa Gomes, deslocou-se à Guiné. Várias reuniões confirmaram a apreciação de Spínola. O assunto é discutido no Conselho de Defesa Nacional, que considera não haver «outra alternativa senão a adopção de uma manobra visando o encurtamento de área efectivamente ocupada com vista ao aumento da capacidade defensiva das Nossas Forças».

Spínola reage de imediato e volta a pôr o problema da sua substituição. Caetano chega a admitir a hipótese da «retirada progressiva das tropas, para não prolongar um sacrifício

inútil», ao que Costa Gomes responde, sustentando ser possível a defesa da Guiné enquanto não aparecesse «avição a jacto a bombardear-nos». O resultado final é a nomeação, no Verão de 73, do general Bettencourt Rodrigues para Governador e Comandante-Chefe. Ao mesmo tempo, o Governo dispõe-se a fazer «o impossível» para dotar a Guiné de mísseis — primeiro junto dos EUA (como contrapartida da utilização da base das Lajes no auxílio de emergência a Israel aquando da «Guerra dos Seis Dias»), depois junto de «uma firma europeia» (Silva Cunha).

REUNIDO próximo de Madina do Boé, de 18 a 22 de Julho de 73, o II Congresso do PAIGC decidiu convocar a Assembleia Nacional Popular (ANP), com o fim de proclamar a República da Guiné-Bissau (RGB).

A ANP reuniu em 23 e 24 de Setembro de 73, em Lugadjole, no Boé Oriental, sueste da Guiné-Bissau. A proclamação estava inicialmente prevista para 19 de Setembro (data do 17º aniversário da fundação do PAIGC), em Balana, na mesma região, mas mais a Ocidente. Dois factores alteraram a data e o local inicialmente previstos: a segurança da reunião e a ruptura de relações diplomáticas entre as Repúblicas do Senegal e da Guiné.

A segurança anti-aérea da reunião da ANP era absolutamente necessária. Quando a coluna militar encarregada da segurança se dirigiu para o local previsto, apareceu, a grande altitude, um «caça» português. Foi então que se apurou que a coluna se esquecera dos mecanismos de lançamento dos mísseis. Os dirigentes do PAIGC decidiram seguir para as bases do Boé, mais a Leste, numa caminhada que durou três dias, por haver informações de que aí existiam tais mecanismos — o que não se confirmou, pelo que a sessão da ANP decorreu em precárias condições de segurança.

O outro incidente relacionou-se com a presença da imprensa senegalesa, em que o PAIGC tinha grande interesse, uma vez que as representações em Dacar das maiores agências de informação proporcionariam a imediata repercussão mundial do acontecimento. A ruptura de relações diplomáticas com a Guiné-Conacri fez com que Dacar não enviasse representantes, apesar das diligências de última hora do PAIGC.

De frente para um grande retrato de Cabral, ladeado por bandeiras do PAIGC estendidas nas árvores, dispostas as mesas e cadeiras numa ampla clareira, a sessão da ANP começou, em 23 de Setembro, por um discurso de Aristides Pereira. O secretário-geral do PAIGC sublinhou, com emoção, a entrada «numa nova fase da nossa luta», homenageou o grande ausente, Amílcar Cabral, que «concebeu e preparou pessoalmente esta reunião» e enfatizou o objectivo principal do Estado em vias de ser proclamado — «a libertação total da Guiné e das ilhas de Cabo Verde do jugo do colonialismo».

Em nome da «Mesa da Presidência», foi a vez de João Bernardo Vieira (Nino) descrever o longo caminho até ser atingida «o que o nosso povo chama 'independência limpa', quer dizer, uma independência absoluta e total».

A reunião prosseguiu no dia seguinte, com a leitura do extenso texto da «Proclamação do

Estado da Guiné-Bissau». Eram 8.55h, quando foi lida e aplaudida a declaração: «Reunida na Região do Boé a 24 de Setembro de 1973, exprimindo a vontade soberana do povo, a Assembleia Nacional Popular proclama solenemente o Estado da Guiné-Bissau.»

Seguiu-se o desfile de um destacamento militar, encabeçado por uma bandeira do PAIGC, agora Bandeira Nacional, enquanto a Assembleia cantava o hino do PAIGC, «Esta é a Nossa Pátria Amada», agora Hino Nacional. Ouviu-se, depois, a voz de Cabral no registo magnético da «Mensagem de Ano Novo», de Janeiro de 73, onde se referia à criação da ANP e à futura declaração de independência.

Foi depois aprovada a Constituição, bem como alguns textos complementares, e designados os membros do Conselho de Estado e do Conselho dos Comissários de Estado (o equivalente ao Governo).

Falaram, ainda, o presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, o Comissário Principal, Francisco Mendes (Chico Té), bem como Pedro Pires, Adelino Nunes Correia e Mário Cabral.

ATÉ 7 de Outubro, a República da Guiné-Bissau (RGB) foi reconhecida por 40 Estados (afro-asiáticos e socialistas). Em 19 de Novembro, por unanimidade, a OUA admitia a RGB como 42º Estado membro. Todavia, os Estados ocidentais recusaram ou diferiram o reconhecimento imediato.

Na ONU, o Governo português sustentara que a independência da RGB não tinha «qualquer fundamento jurídico ou moral e não correspondia às condições que prevalecem nessa província portuguesa». Em Portugal, Caetano qualificou-a de «fantasmagoria delirante»; a Oposição saudou-a.

Apesar de o 25 de Abril não ter (logo) alterado substancialmente os dados da questão, em Maio de 1974 já os reconhecimentos tinham subido para 86.

Em 27 de Julho, através da Lei nº 7/74, Portugal reconhecia, «com todas as suas consequências», o direito dos povos à autodeterminação — numa formulação que, teoricamente, permitiria a adopção de diferentes vias para a descolonização de cada uma das colónias. No entanto, o Acordo de Argel, assinado em 26 de Agosto pelas delegações do Governo português e do PAIGC, não só promoverá o reconhecimento de uma independência consumada como, na prática, definirá os termos e os limites de toda a descolonização portuguesa.

O reconhecimento pelo Estado português seria feito solenemente em Lisboa, a 10 de Setembro. Uma semana depois, a RGB era admitida, por aclamação, na ONU.

A declaração de independência foi um momento histórico de um processo que durou cerca de vinte anos, seguiu sempre «uma evolução certa, política e jurídica» (Amílcar Cabral), contribuiu para a afirmação e desenvolvimento do direito da descolonização, foi um dos principais factores do 25 de Abril e constituiu, por fim, a chave de toda a descolonização portuguesa. ■

* Jurista, autor do estudo *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*, a publicar.

São-tomenses receiam racismo

PÚBLICO, 29 9 93

Conceição Lima

António Correia, primeiro-secretário da embaixada de São Tomé em Lisboa, tinha escolhido o comboio para se deslocar às primeiras horas da manhã do passado dia 21. Em má hora o fez: na plataforma de uma estação da CP acabaria por ser agredido por um polícia a quem se dirigira poucos momentos antes. Indignado, o Governo são-tomense exige um pedido de desculpas formal a Lisboa. Lisboa ainda não respondeu.

Uma nota dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, o embaixador de S. Tomé em Lisboa mostra-se preocupado com "o clima de insegurança e de medo que se está a instalar entre a comunidade são-tomense radicada em Portugal, resultante de actos de xenofobia e de violência racista nunca dantes conhecidos na sociedade portuguesa". Com o seu protesto, Carlos Agostinho das Neves reflecte a indignação que a agressão de que foi vítima o primeiro-secretário da embaixada de S. Tomé em Lisboa suscitou no seu país.

António Correia, primeiro-secretário da embaixada de S. Tomé e Príncipe em Lisboa, ti-

nha assuntos urgentes a resolver às primeiras horas do dia 21 e o comboio pareceu-lhe ser o meio mais expedito para a deslocação que se impunha. Já na plataforma da estação, dirigiu-se a um polícia pedindo-lhe uma informação. Numa atitude brusca e agressiva, segundo António Correia, o agente informou-o de que a estação ainda não se encontrava aberta ao público.

O diplomata abandona então o recinto, não sem antes procurar obter junto de um trabalhador da CP a informação que antes lhe havia sido negada. O agente aproxima-se, invectivando-o, e a reacção surge: "Acha que são modos de se dirigir a alguém?"

A agressão que se seguiu, a

soco e bastonada, custou ao diplomata são-tomense lesões no queixo, ferimentos na face, contusões numa perna, além dos óculos partidos. "Foi um acto absolutamente gratuito e injustificado", disse António Correia em entrevista telefónica, na segunda-feira, à emissora oficial de São Tomé.

Para o obrigar a devolver o distintivo que deixara cair enquanto brandia o bastão, o polícia terá ainda ameaçado o diplomata com revólver: "Ele apontou-me o revólver com uma mão e, com a outra, recuperou o distintivo que eu entretanto metera no bolso. Se o visse, seria capaz de o identificar."

Com alguma sorte, talvez isso venha a acontecer, mas por enquanto o agressor continua por identificar.

"Aguardamos as desculpas formais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal", declarou Alberto Ferreira Chong, secretário-geral do Ministério são-tomense dos Estrangeiros, em declarações à Rádio Nacional, acrescentando que, uma vez apresentado o protesto formal, "há que aguardar".

O facto tem sido manchete na imprensa oficial e merecido comentários ácidos de diversos quadrantes. A nível dos gabinetes ministeriais, a indignação surge envolvida em papel de se-

da. Mas, a outros níveis, não se medem as palavras.

"Já imaginaram o que aconteceria se o primeiro-secretário da embaixada de Portugal em S. Tomé fosse agredido por um polícia e exibisse as marcas da agressão?" A queixa-protesto irrompe dos lábios indignados de um médico. "É evidente que o mínimo que Lisboa pode fazer é pedir formalmente desculpas."

Espera-se que incidente não penalize as relações entre Portugal e S. Tomé e Príncipe, até porque o embaixador são-tomense em Lisboa fez questão de sublinhar, na sua nota de protesto, "o desejo profundo do povo e das autoridades" do seu país "de estreitarem ainda mais os laços de amizade com Portugal e os portugueses". A nível oficial e da opinião pública, aguarda-se um desfecho que dignifique a tradicional excelência de relações entre os dois países.

Até à hora do fecho desta edição, não nos foi possível obter qualquer esclarecimento junto do Comando-Geral da PSP. Podemos contudo apurar que o protesto já deu entrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde está em estudo. ■

Embaixada de São Tomé ainda não recebeu resposta do MNE

Diplomata agredido não quer fazer queixa

ANTÓNIO CORREIA, o diplomata da embaixada de São Tomé e Príncipe em Lisboa que diz ter sido agredido por um agente da PSP na estação do Rossio (ver PÚBLICO 29/9/93), ainda não apresentou queixa à polícia e não sabe se o fará. Ficará satisfeito se o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) pedir formalmente desculpas, o que já foi solicitado pelo embaixador Carlos Agostinho das Neves. Ontem, António Correia disse ao PÚBLICO que "o MNE já devia ter reagido através do protocolo, já devia ter dito alguma coisa". Mas a reacção ainda não apareceu e o PÚBLICO soube que, no ministério de Durão Barroso, o assunto continua em estudo.

Não foi possível saber se o caso está a ser investigado, mas não havendo queixa, nem a 1ª divisão da PSP, que controla a área do Rossio, nem o comando distrital, nem o Comando-Geral sabiam ontem, oficialmente, da história.

António Correia, 34 anos, licenciado em Relações Internacionais no Brasil, em funções em Lisboa

há um ano, é um diplomata tímido. Por isso, e também porque não sabe "se valerá a pena abrir um processo" contra o polícia agressor, e porque "estas são coisas que se arrastam muito", não decidiu ainda se vai lançar o seu caso para os tribunais.

A história da sua agressão durou poucos minutos e, como o diplomata estava "muito preocupado com outras coisas", acabou, nesse dia, por deixar a questão passar. Recordemos como tudo se passou, na versão do diplomata. Faltavam poucos minutos para as cinco da manhã do passado dia 21 quando o diplomata, primeiro secretário da embaixada, chegou à estação de comboios do Rossio, em Lisboa. Entrou por cima, pela porta lateral. Já dentro do átrio, apercebeu-se "imediatamente que a estação ainda devia estar fechada: havia pouca luz e, além de um polícia e pessoas que trabalhavam nas obras, não havia mais nin-

guém lá dentro", contou-nos.

Dirigiu-se então ao polícia, a autoridade. Precisava de ir urgentemente a Queluz e queria saber quando partia o primeiro comboio. "Aproximei-me do polícia mas não cheguei sequer a fazer-lhe a pergunta." O polícia despachou-o dizendo qualquer coisa como "ponha-se lá fora, não são horas". Resignado face à pouca "cooperação do polícia" e "às palavras bruscas", António Correia tentou esclarecer a sua dúvida junto "de um civil, que parecia ser funcionário da CP".

Para o polícia, conta o diplomata, essa segunda tentativa terá sido o abuso dos abusos. "Foi-me empurrando com pancada até à rua." Cada vez mais incrédulo, o diplomata ainda reagiu, diplomaticamente: "São maneiras de se tratar as pessoas?" Foi ainda pior. O polícia deu-lhe pontapés, murros e bastonadas. Correia ficou com hematomas no queixo e nos lábios e com dores por todo o corpo. Mas, mais do que tímido, o diplomata tinha assuntos urgentes a tratar. "Estava tão preocupado com a viagem dos meus filhos que iam regressar a São Tomé nesse

mesmo dia, ao meio-dia, que não pensei mais naquilo."

Correia queria apenas apagar o primeiro comboio para recolher a tempo umas coisas que os seus filhos iriam levar na bagagem. E porque 21 de Setembro foi o seu verdadeiro dia de desastros e azares, António Correia tinha ainda de, regressado a Lisboa, encontrar alguém que lhe arrumasse a porta de casa — em Alguís — pois perdera a chave. Um pormenor importante, pois dentro de casa estavam as passagens de avião dos filhos.

Só depois de tudo resolvido regressou à embaixada e apresentou um relatório a Carlos Agostinho das Neves, o embaixador. Este, bem mais duro do que o seu jovem primeiro secretário, enviou uma carta ao ministro Durão Barroso na qual se diz preocupado "com o clima de insegurança e de medo que se está a instalar entre a comunidade são-tomense radicada em Portugal, resultante de actos de xenofobia e de violência racista nunca dantes conhecidos na sociedade portuguesa".

Mas nem isso António Correia quer frisar com tom de certeza. "Não sei se foi racismo. Talvez sim. Mas também há casos de brancos agredidos pela polícia. Não sei." ■

Barbara Pais

O terceiro homem

PÚBLICO, 21.9.93

ENTRE AS FIGURAS dominantes de Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, um terceiro homem está a emergir na cena política moçambicana. É Domingos Arouca, candidato à presidência da República pela Frente Unida de Moçambique, um dos mais importantes partidos da oposição não armada.

"As tradições democráticas adquirem-se vivendo democraticamente. Não há outra maneira", afirmou ao PÚBLICO. Para o veterano político, a recente reunião multipartidária, mesmo inconclusiva, foi "essencial, não só pelo convívio democrático" que proporcionou aos vários partidos "mas também pela experiência" que ali se adquiriu.

Nascido em Inhambane, actual praça forte da FUMO que ele fundou em 1976, estudou enfermagem antes de conseguir viajar para Lisboa, onde se licenciou em Direito. Preso pela PIDE sob acusação de pertencer à Frelimo cumpriu oito anos de prisão. Em 1975, "por incompatibilidade ideológica insanável com o marxismo-leninismo", Arouca abandona a Frelimo e exila-se em Portugal, onde permaneceu até há pouco.

"Não queremos governar sozinhos", esclarece Arouca. "Se vencermos as eleições, não estamos preocupados em preencher os ministérios sozinhos. Iremos buscar pessoas competentes e sérias dos três ou quatro partidos

mais votados e de mãos dadas encetaremos a reconstrução".

Segundo Arouca, o que a FUMO pretende "é criar um condicionalismo tal que permita de facto que o país viva em paz". Em sua opinião, essa fórmula de governação "corresponde à necessidade do momento, pelo menos para os primeiros cinco anos".

Desmentindo que a FUMO dará prioridade à sua candidatura à presidência, em detrimento de uma "investida à Assembleia", Domingos Arouca anunciou que os outros partidos se preparam para apoiar a sua candidatura como uma "terceira via", considerando contudo prematuro citar siglas. "Penso que, no estado em que este país está,

uma candidatura civil é decisiva para a reconstrução nacional", afirma Arouca para quem "o povo está ansioso por encontrar finalmente um líder que queira com empenho a paz", ao cabo de quase 30 anos de guerras.

Em dois meses, Arouca subiu de 2 para 26 por cento nas intenções de voto em Maputo, onde habita um décimo da população moçambicana, situando-se agora num confortável segundo lugar, a seguir a Chissano e bem acima de Dhlakama. Sondagens feitas em Inhambane, sua terra natal, também lhe atribuem a segunda posição, à frente do líder da Renamo.

"A tarefa de governar é delicada porque pressupõe competência, honra, dignidade e seriedade", e deve portanto ser desempenhada "por pessoas preparadas para o fazer [...] A África está farta de governos militares", conclui Arouca. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Moçambique: 'multipartidária' suspensa

EXPRESSO,
25.9.93

—ACHAS que teremos eleições gerais em Outubro de 1994?, pergunta um funcionário médio do aparelho de Estado no intervalo para o almoço, enquanto joga uma partida de «Nkuvva» (uma espécie de xadrez).

— Ficaste maluco? Pensas que o teu tio [Dhlakama] não ficará satisfeito com as casas, os carros e os lugares que vai ter no Governo [das Províncias]? E pensas que o teu pai [Chissano] vai deixar os camaradas que ainda não encheram o bolso ficar assim como estão? É bom esquecer eleições para 1994, talvez fiquem marcadas para o dia de São Nunca, retorquiu o seu companheiro de partida.

Em Moçambique é cada vez maior a sensação de que tanto o partido governamental — Frelimo — como a oposição (ainda) armada, a Renamo, não estão interessados na realização de eleições democráticas em 1994, e o malogro da reunião do Governo com os partidos políticos para discutir o anteprojecto de lei

eleitoral foi mais um sinal nesse sentido.

A reunião foi suspensa depois de 51 dias de trabalhos, quando só tinham sido aprovados 15 dos 284 artigos do projecto, fracasso que a maioria dos observadores atribui ao Governo e à Renamo.

«Foi uma experiência penosa para os moçambicanos e um péssimo serviço à democracia, cujo exercício está a começar muito mal», comentou o líder de uma das 15 formações políticas reconhecidas legalmente.

Os obstáculos levantados pela Renamo à aplicação do Acordo Geral de Paz e a inflexibilidade negocial do Governo da Frelimo suscitam desconfiança e suspeita entre a oposição não-armada que acusa os «partidos armados» de preferir a partilha do poder às eleições democráticas.

Na recente cimeira Chissano-Dhlakama, foram feitas à Renamo promessas que «inexplicavelmente demoraram a ser satisfeitas. Pedi-

ram para nomear assessores dos governadores de província, amanhã poderão exigir o mesmo ao nível ministerial e distrital, e que conduza à partilha do poder por vias não democráticas. Conseguido isto, para que quererá a Renamo eleições?», perguntou Samo Gudo, secretário-geral da Frente Unida de Moçambique/Partido da Convergência Democrática (FUMO/PCD), de Domingos Arouca.

Aquele político acusou também o Governo de falta de flexibilidade. Segundo Samo Gudo, os dirigentes da Frelimo «não precisam de eleições para nada. Querem continuar a roubar, a enriquecer à custa do povo. A arrogância impera e não vejo a Frelimo nem a Renamo dispostas a aceitar uma derrota eleitoral».

Observadores independentes são da opinião de que os dois principais actores na cena política moçambicana «fazem o jogo do adversário» sem disso se aperceberem — o

Governo dando tempo à Renamo para melhorar a organização e angariar mais adeptos, enquanto o movimento de Dhlakama permite que a Frelimo continue no poder e procure refazer-se do desgaste e dos erros cometidos durante os 10 anos de regime de partido único.

A comunidade internacional está a perder a paciência e o Conselho de Segurança da ONU aprovou na semana passada uma resolução exortando as duas partes moçambicanas a recuperar o atraso acumulado em relação ao calendário previsto.

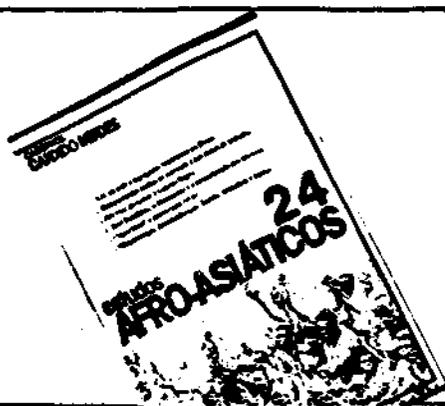
Interrogado pelo EXPRESSO acerca da eventual prorrogação do mandato da Missão da ONU em Moçambique além de 31 de Outubro de 1994 se entretanto não se concretizarem as eleições gerais, o representante do secretário-geral da ONU, Aldo Ajello, desabafou: «Nem quero pensar nisso».

Reinaldo Chilenge
correspondente em MAPUTO

Butros-Ghali em Moçambique

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, visitará Moçambique no dia 17 de Outubro para avaliar o andamento do processo de paz no país — escrevia ontem o diário "Notícias", de Maputo. O anúncio teria sido feito pelo próprio diplomata egípcio ao encontrar-se, na segunda-feira, em Nova Iorque, com o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano. A ONU está preocupada com os atrasos no processo de paz que supervisa e pretende que as eleições multipartidárias não se realizem depois de Outubro de 1994. ■

PÚBLICO, 30.9.93



Ocidente financia privadas

“Boom” das rádios em Moçambique

PUBLICO, 26.9.93

EM MOÇAMBIQUE, a rádio está na ordem do dia. Em perspectiva da futura campanha eleitoral, os partidos políticos apostam forte no meio de informação de maior alcance no extenso país. Que acaba de abrir ao sector privado.

Até agora sob monopólio estatal, a radiodifusão vê chegar a hora da livre concorrência. São conhecidos vários projectos de rádios privadas em Maputo, Xai-Xai e Chimioio, ligados a personalidades do meio radiofónico e contando, por vezes, com apoios políticos camuflados.

A própria Renamo disporá brevemente de um emissor em ondas curtas instalado em Maputo, que cobrirá a totalidade do território nacional. Uma fonte diplomática confirmou ao PÚBLICO que o em-

preendimento conta com financiamento da Alemanha, descrito como um “apoio ao processo de paz e diversidade de opiniões”.

Embora a rádio da Resistência não tenha ainda existência legal nem lhe estejam atribuídas frequências, uma fonte do movimento anunciou para breve o início das emissões.

Dhlakama queixa-se de parcialidade

Em Maio, quando o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, visitou a RFA, apresentou queixas sobre a parcialidade da informação moçambicana ao ministro dos Negócios Estrangeiros alemão. Que, consta, não foi indiferente à sua exposição.

Mas o apoio alemão para a rádio não se limitará à Renamo. Pelo contrário, o sector estatal dispõe de 40 milhões de marcos de financiamento da Alemanha, para ampliação e modernização da rede radiofónica. A Rádio Moçambique (RM), herdeira do Rádio-Clube de Moçambique fundado há 60 anos, continua a ser a única estação emissora em funcionamento em Moçambique.

No imediato, foi confirmado que quatro emissores provinciais vão ser reabilitados graças ao financiamento alemão, a gerir pelo Banco Mundial.

Dotando os emissores de uma potência de 50 kw, os melhoramentos, a concluir até Maio, permitirão à RM uma cobertura mais ampla que a concedida pelo vetusto equipamento existente.

Por outro lado, o Japão concedeu também nove milhões de dólares para apoiar um projecto da RM destinado à substituição de emissores, condicionado à compra de equipamento nipónico.

Além da sua central emissora em Maputo, a Rádio Moçambique conta ainda com

uma rede de emissores provinciais e transmite em cadeia nacional os seus mais destacados programas. Embora funcionando até agora sob controlo do Governo e dirigida por um membro do Comité Central da Frelimo, Manuel Tomé, a RM é apontada como o mais imparcial de todos os órgãos de informação estatais, beneficiando de cifras de aceitação que rondam os 70 por cento, segundo revelaram recentes sondagens. No entanto, já foi constituída uma comissão para preparar a sua transformação em empresa pública, com a autonomia financeira que muita falta lhe tem feito.

Em suspenso, até lá, estão os aumentos salariais, pois as reivindicações dos jornalistas e quadros de produção não têm encontrado resposta afirmativa do Ministério da Informação ao longo das negociações a decorrer. A comissão “ad-hoc” é peremptória. Se não houver solução até ao dia 6 de Outubro, a RM entra em greve, contradizendo o seu indicativo: “Sessenta anos sempre no ar/Sessenta anos sem nunca parar!”. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

A mensagem do secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, não podia ser mais clara: toda elogios à acção efectuada pela Comunidade de Santo Egidio na pacificação de Moçambique, exemplo de sucesso quando outros casos em África têm sido de cruel insucesso.

Toda elogios, de facto, à “fórmula italiana”. A essa diplomacia de alta escola e longa história, suscitando o diálogo, não impondo soluções, mas ouvindo todos os pontos que importam às partes, tratadas estas de modo pragmaticamente igual sem marginalizar nenhuma, evitando os escolhos das construções legalistas apriorísticas, fomentando o intercâmbio de opiniões sem premeditar a síntese final, que deve nascer, lentamente, de uma convergência profunda à qual só se chega por aproximações sucessivas. Parece óbvio, é preciso, contudo, séculos de Florença e de Veneza para lá chegar.

O elogio teve tanto mais impacto quando dois casos de fracasso clamoroso tornam, em contraluz, o êxito moçambicano tão mais notável.

Um, o da Somália, antiga colónia italiana que estes bem conhecem, onde têm o maior contingente depois dos americanos, a acção dos quais criticam e tentam inflectir.

Outro, mais gravoso, o de Angola, em que nós portugueses temos acrescida responsabilidade, historicamente herdada e voluntariamente reassumida. Daquilo que o Governo apresentou como grande êxito de Cavaco e Durão res-

OS OUTROS EXISTEM

Rogério Martins

PUBLICO MAGAZINE 3 10.93

tam, após a encenação mediática do Estoril, amargas ruínas; a guerra civil angolana recrudescceu e nunca pareceu tão longe do fim; por entre os fumegantes escombros, onde as atrocidades se cometem, jazem também as prosápias dos intervenientes portugueses.

O elogio do secretário-geral da ONU aos italianos em Moçambique é a diplomática repressão aos portugueses em Angola.

Não dei conta que os “media” portugueses se tivessem apercebido do acontecimento. E todavia a ocasião foi excepcional, naquele terceiro Domingo de Setembro em que justamente a Comunidade de Santo Egidio em conjunto com a diocese de Milão levaram a efeito nesta cidade o sétimo Encontro Internacional para a Paz.

O professor Riccardi, pela primeira, e o cardinal Martini, pela segunda, convidaram representantes das principais religiões, e cerca de 300 confissões corresponderam; e também homens de Estado ou de pensamento que se distinguiram na luta pela paz. No total, havia 90 países representados.

O tema transbordava do título do encontro: “Terra dos Homens, Invocações a Deus”. E inscreve-se na linha iniciada, há já sete anos, em

Assis, pelo actual Papa, quando se reuniu não só com chefes de todos os ramos cristãos, mas também com os de hebreus, muçulmanos, budistas e hinduístas. Pela primeira vez, o ecumenismo abriu-se para lá das fronteiras intradenominacionais. (Como então, também desta vez os católicos integristas, pela voz dos lefebvrianos, protestaram, clamando heresia e blasfémia.)

A jornada inaugural teve dois altos momentos: as orações no Duomo, pela manhã, e a sessão no Scala, pela tarde.

A catedral, que na sua milenária vida desde Santo Ambrósio, ainda Roma era Império, tanta coisa viu, foi palco de coisas inusitadas. A missa, concelebradíssima, teve duas homilias, uma em italiano, a do arcebispo Martini, outra em árabe, a do patriarca sírio-ortodoxo Zakka I, de Antioquia.

O teatro, que viveu tantos momentos únicos da história da música e do drama, foi ocasião de uma “celebração da palavra”. Com Martini e Riccardi, sentaram-se na presidência alguns dos seus convidados, o polaco cardeal Glemp, o saudita Mohamed Bekhodja (secretário-geral da Faculdade de Direito Islâmico de Jedah), o israelita Israel Meir Lau (rabino-chefe de Israel). Além destes falou o autarca de Milão, Fromentini, figura grada da Liga Lombarda, que está transformando a “praxis” política em Itália; ouviu-se a mensagem onusiana; e Mikhail Gorbatchov.

Foi este, aliás, que forneceu o prato forte, com um texto muito belo, “Religiões, paz e justiça na nova desordem mundial”. Perante um

Continua na pág. 14

Comemorações sombrias

PÚBLICO, 4 10 93

GOVERNO e Renamo celebram hoje em separado a assinatura, há um ano, do acordo que pôs fim à guerra civil de 16 anos e no momento em que o processo de paz se encontra num impasse.

Foi no dia 4 de Outubro de 1992 que o Governo e a Renamo concordaram, em Roma, sob a égide da Comunidade Católica de Santo Egidio, parar com as hostilidades, fundir as respectivas forças num exército único e realizar eleições no prazo de um ano.

Enquanto o Presidente Joaquim Chissano tem prometido a sua presença numa "oração pela paz" a oficial por D. Alexandre Maria dos Santos, arbispo do Maputo, com a participação de outras confissões cristãs e ainda representantes muçulmanos, budistas e judeus, o líder da Renamo, Afonso Dlakhama, vai estar num comício, em Maringue, província de Sofala, organizado pelo seu movimento.

A ausência de Dlakhama do encontro religioso já era esperada. Foi Matteo Zuppi, o padre italiano da Comunidade de Santo Egidio que foi o principal mediador dos acordos de paz, que anunciou quinta-feira da semana passada que só Chissano e Aldo Ajello, o representante do secretário-geral da ONU em Moçambique, tinham aceitado estar presentes nos ofícios

comemorativos. O diplomata italiano lamentou então a decisão de Dlakhama.

Todas as comemorações ocorrem no entanto sob o signo da dúvida, já que se esperava que, em resultado da cimeira Chissano/Dlakhama, no princípio de Setembro, resultasse um calendário de trabalho e se iniciasse agora, em Outubro, o acantonamento e a desmobilização das forças de ambos os lados.

Ao contrário do que fazia prever a aparente tranquilidade do processo de pacificação moçambicano, de repente tudo se agravou. A Renamo divulgou no dia 24 do mês passado um documento onde clamava pela realização de eleições com dois exércitos e chamou a Maringue os seus representantes na capital do país.

Para a celebração religiosa em Maputo, que terá lugar junto à catedral, na Praça da Independência, palco das grandes manifestações organizadas pelo antigo regime, foram também convidados Aldo Ajello, o corpo diplomático, os partidos políticos moçambicanos e diversos representantes religiosos.

O modelo ecuménico da "oração pela paz" no Maputo será repetido em todas as dioceses do país tendo o Governo decretado tolerância de ponto para permitir que todos os mo-

çambicanos possam "condignamente celebrar a paz".

Também os partidos não armados vão hoje alinhar, através das duas organizações juvenis, nas comemorações do primeiro aniversário dos acordos de Roma, enquanto o Aeroclube de Moçambique aproveitou para ligar o seu próprio aniversário com a efeméride lançando um concurso de "pagaios pela paz".

A Frelimo divulgou entretanto um comunicado do secretário do seu Comité Central a propósito do aniversário, pedindo que o acordo de Roma seja aplicado rigorosamente para que as eleições gerais possam ocorrer até Outubro de 1994.

A garantir alguma tranquilidade às populações, receosas pelo agravamento das tensões, com os olhos postos no malogro dos esforços internacionais de paz em Angola, estão as Nações Unidas. O Conselho de Segurança manifestou o mês passado sérias apreensões pelos atrasos no processo de paz no território, onde se encontram seis mil "capacetes azuis", pedindo a ambas as partes que respeitem o calendário para a desmobilização das respectivas forças. As eleições foram adiadas até Outubro do próximo ano, mas permanecem as dúvidas em relação a todo o processo que levará até à sua realização. ■

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
RAMAL 259



NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Belucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gisélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

Continuação da pág. 13

OS OUTROS EXISTEM

Scala apinhado, multidões na praça seguindo num ecrã gigante, e um dos canais televisivos transmitindo "urbi et orbi".

Reflexão e emoção, que o coro do teatro (ou não se estivesse numa capital da música) encastouva com Donizettis e Scarlattis. Emoção, quando o grande rabino apelou a que todos rezassem, segundo as suas vias e luzes, para que os esforços de "extrema coragem" que os israelitas estão fazendo para "instaurar a paz com os seus vizinhos" tivessem êxito. Poucos dias separavam estas palavras do aperto de mão cuja imagem correu mundo, sob a égide do poder americano, dos chefes judeus e palestinos; Meir Lau, ao dizê-las, sublinhava como o poder que os homens detêm não impede o imprevisível, a derrapagem, o retrocesso, e é preciso olhar e esperar para além dele.

Reflexão, significativamente convergente, quando Gorbatchov, aquele que foi detentor da chave de comando do maior arsenal destrutivo do mundo e preferiu abater muros e abrir a via à paz, afirmava: "Não se pode ficar atrás das exigências da vida, é preciso pelo contrário correr adiante delas. Todas as forças políticas com bom senso, todas as correntes espirituais, todas as confissões, são chamadas a contribuir para a busca da via de superação da crise actual." Ecumenismo no mais lato sentido; expresso naquela linda língua russa a que o barítono gorbatchoviano dá a sonoridade do que paira muito acima do efémero. E "a contribuição", continuava, de todos estes movimentos de espírito deve fazer-se "fundando-se nos valores morais elaborados por uma experiência milenária e partindo de um realismo criativo".

Suscitar o diálogo, não preconceber soluções, dar importância ao humano e ao ético, ter sensibilidade aos outros e ao que pretendem dizer, pôr de lado o jogo bruto da relação de forças e da imposição da vontade, para isso ouvir, e ainda, ouvir; para poder acolher e assim deixar à paz florir. O "método italiano". Butros-Gali tinha encontrado a palavra justa. ●

I M P R E S S O